

# DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



## Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A | Resultados 2023

**Campo Grande, 12 de março de 2024** - A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T23) e do exercício de 2023. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

### 1. Considerações gerais

A Companhia atende:



**1,1 milhão**  
clientes cativos



**497**  
clientes livres



**2,7 milhões**  
de habitantes



**328.309**  
Km<sup>2</sup>



**2.316**  
Colaboradores <sup>(\*)</sup>  
1.364 próprios e  
952 terceirizados



**74**  
municípios

<sup>(\*)</sup> Não considera os colaboradores das empresas prestadores de serviço ligadas à construção.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2023	2022	Variação
Subestações - n°	110	110	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	2.954	2.894	60
Linhas de transmissão - km	4.150	4.150	-
Redes de distribuição - km	103.928	102.668	1.260
Transformadores instalados nas redes de distribuição - n°	91.635	89.832	1.803
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	2.918	2.778	140

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

## 2. Desempenho econômico-financeiro

### 2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	1.162,3	1.022,2	+ 13,7	4.140,6	4.078,4	+ 1,5
Receita operacional líquida, sem receita de construção <sup>(1)</sup>	1.027,1	896,5	+ 14,6	3.604,7	3.420,2	+ 5,4
Margem bruta	576,0	460,7	+ 25,0	1.922,6	1.710,2	+ 12,4
Margem bruta ajustada <sup>(2)</sup>	550,0	429,8	+ 28,0	1.767,6	1.614,3	+ 9,5
EBITDA ajustado recorrente <sup>(3)</sup>	389,9	247,6	+ 57,4	1.206,3	1.089,2	+ 10,8
Resultado financeiro	(77,0)	(71,7)	+ 7,4	(292,8)	(240,6)	+ 21,7
Lucro líquido ajustado recorrente <sup>(4)</sup>	184,3	102,5	+ 79,8	506,8	493,5	+ 2,7
Indicadores Operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	1.129,7	1.105,1	+ 2,2	1.129,7	1.105,1	+ 2,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) <sup>(5)</sup>	1.201,9	1.015,2	+ 18,4	4.261,0	4.228,8	+ 0,8
Vendas de energia a consumidores cativos + livre (TUSD) - (GWh) <sup>(5)</sup>	1.636,3	1.393,0	+ 17,5	5.929,0	5.752,8	+ 3,1
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	33,5	24,2	+ 9,3 p.p.	29,1	26,7	+ 2,4 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	2023	2022	Var. %			
Ativo Total	6.217,0	5.626,9	+ 10,5			
Caixa/equivalentes de caixa/aplicações financeiras	623,7	439,0	+ 42,1			
Patrimônio líquido	1.121,3	964,3	+ 16,3			
Endividamento líquido	2.888,5	2.523,8	+ 14,5			

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção. | (2) Margem bruta ajustada: Margem bruta expurgando o efeito do VNR. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A ANEEL aprovou em abril de 2023 a Revisão Tarifária Periódica da EMS homologando o maior crescimento histórico de 34,6% da base de ativos da distribuidora. Para mais detalhes recorrer ao item 8 deste documento.

## 3. Receita operacional

No 4T23, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou crescimento de 14,6% (R\$ 130,5 milhões), totalizando R\$ 1.027,1 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 26,0 milhões no trimestre. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, do período foi de R\$ 1.001,1 milhões, 15,6% (R\$ 135,4 milhões) maior do que o mesmo período de 2022.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>1.259,3</b>	<b>939,8</b>	<b>+ 34,0</b>	<b>4.307,7</b>	<b>3.962,1</b>	<b>+ 8,7</b>
✓ Residencial	668,5	455,2	+ 46,9	2.175,8	1.902,3	+ 14,4
✓ Industrial	64,2	54,1	+ 18,7	254,1	230,0	+ 10,5
✓ Comercial	236,7	204,4	+ 15,8	861,5	864,1	- 0,3
✓ Rural	146,4	114,0	+ 28,4	524,1	507,3	+ 3,3
✓ Outras classes	143,5	112,2	+ 27,9	492,1	458,3	+ 7,4
(+) Suprimento de energia elétrica	(0,1)	20,4	-	33,0	56,5	- 41,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	55,6	59,1	- 5,9	59,6	10,1	+ 492,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	140,5	119,4	+ 17,6	534,9	449,0	+ 19,1
(+) Receita de construção de infraestrutura	135,2	125,6	+ 7,6	535,8	658,2	- 18,6
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	14,7	78,2	- 81,2	135,4	266,0	- 49,1
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	72,3	64,7	+ 11,7	278,2	253,2	+ 9,9
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	26,0	30,9	- 15,8	154,9	95,9	+ 61,5
(+) Outras receitas	7,4	9,0	- 17,7	35,5	45,9	- 22,6
<b>(=) Receita operacional bruta</b>	<b>1.710,9</b>	<b>1.447,2</b>	<b>+ 18,2</b>	<b>6.075,1</b>	<b>5.796,9</b>	<b>+ 4,8</b>
(-) Impostos sobre vendas	378,0	276,9	+ 36,5	1.283,2	1.122,3	+ 14,3
(-) Encargos setoriais	170,6	148,1	+ 15,2	651,3	596,2	+ 9,2
<b>(=) Receita operacional líquida</b>	<b>1.162,3</b>	<b>1.022,2</b>	<b>+ 13,7</b>	<b>4.140,6</b>	<b>4.078,4</b>	<b>+ 1,5</b>
(-) Receita de construção de infraestrutura	135,2	125,6	+ 7,6	535,8	658,2	- 18,6
<b>(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura</b>	<b>1.027,1</b>	<b>896,5</b>	<b>+ 14,6</b>	<b>3.604,7</b>	<b>3.420,2</b>	<b>+ 5,4</b>

### 3.1. Margem bruta

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.162,3</b>	<b>1.022,2</b>	<b>+ 13,7</b>	<b>4.140,6</b>	<b>4.078,4</b>	<b>+ 1,5</b>
(-) Custo de construção de infraestrutura	135,2	125,6	+ 7,6	535,8	658,2	- 18,6
<b>(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção de infraestrutura)</b>	<b>1.027,1</b>	<b>896,5</b>	<b>+ 14,6</b>	<b>3.604,7</b>	<b>3.420,2</b>	<b>+ 5,4</b>
<b>(-) Custos e despesas não controláveis</b>	<b>451,0</b>	<b>435,8</b>	<b>+ 3,5</b>	<b>1.682,1</b>	<b>1.710,0</b>	<b>- 1,6</b>
Energia elétrica comprada para revenda	347,6	348,2	- 0,2	1.290,5	1.379,0	- 6,4
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	103,4	87,7	+ 17,9	391,6	331,0	+ 18,3
<b>(=) Margem bruta</b>	<b>576,0</b>	<b>460,7</b>	<b>+ 25,0</b>	<b>1.922,6</b>	<b>1.710,2</b>	<b>+ 12,4</b>
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	26,0	30,9	- 15,8	154,9	95,9	+ 61,5
<b>(=) Margem bruta ajustada</b>	<b>550,0</b>	<b>429,8</b>	<b>+ 28,0</b>	<b>1.767,6</b>	<b>1.614,3</b>	<b>+ 9,5</b>

No 4T23, a margem bruta alcançou R\$ 576,0 milhões, 25,0% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada atingiu R\$ 550,0 milhões, crescimento de 28,0% em relação ao 4T22.

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, o aumento de 13,7% pode ser explicado por um efeito de tarifa maior em função da revisão tarifária ocorrida em abril de 2023 (+9,3% em média) e pelo crescimento de 17,4% do mercado no 4T23;
- (ii) Na rubrica de Suprimento de Energia, composta pela liquidação de energia no mercado de curto prazo, onde as sobras de energia são valoradas ao PLD, a variação de R\$ 20,5 milhões é reflexo da redução do nível de contratação (diferença entre energia contratada e carga realizada);

- (iii) Na receita de fornecimento não faturado, em virtude do crescimento de mercado, a companhia utilizou os créditos de PIS/Cofins constituídos para repassar integralmente a alíquota efetiva do período. Já no 4T22, a alíquota efetiva repassada foi inferior à alíquota efetiva realizada;
- (iv) Adicionalmente, a linha de VNR teve redução de 15,8% devido à menor inflação registrada no período referente à atualização financeira do ativo financeiro.
- (v) Os ativos e passivos setoriais registraram uma redução de 81,2% neste trimestre devido (i) Em 2023, o PLD médio negociado foi de R\$ 77,58/MWh, o que comparado ao ano anterior, gera um financeiro menor uma vez que o PLD médio em 2022 de R\$ 55,70/MWh, e (ii) em função do cenário de escassez hídrica em 2022, o custo de energia superior a cobertura tarifária foi homologado nas tarifas e transferido para a amortização. Em 2023, com a mudança do cenário climático e mercado crescente, os custos se mantêm mais equilibrados levando a uma formação de financeiro menor. Assim, as distribuidoras amortizaram um financeiro maior e tiveram uma formação de itens financeiros (CVA) negativa.

### 3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.636,3 GWh aumento de 17,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando a maior taxa em 21 anos.

O resultado da Companhia foi direcionado pelas classes residencial, industrial e comercial. A classe residencial (+26,9% ou 132,5 GWh), direcionada principalmente por temperaturas elevadas e ondas de calor em contraste com uma base baixa no 4T22, afetado por temperaturas abaixo da média no 4T22. No industrial (+9,7% ou 33,8 GWh), o consumo dos clientes que produzem alimentos, em especial de grãos e frigoríficos, minerais não metálicos e papel puxaram a alta da classe. Já na classe comercial (+12,6% ou 32,1GWh), destaque para grandes varejistas e armazéns da cadeia de alimentos. A classe rural (+14,9% ou 19,2 GWh) teve a maior alta em 4 anos, em linha com a oscilação climática entre 2022 e 2023 e a safra recorde de grãos, com destaque para os clientes de grãos e agropecuária. Rubrica outros (+15,2% ou 25,7 GWh), também registraram alta no trimestre diante da retomada das atividades presenciais.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	4T23
<b>Residencial</b>	<b>624,6</b>	<b>492,1</b>	<b>+ 26,9</b>	<b>2.122,5</b>	<b>2.004,7</b>	<b>+ 5,9</b>
<b>Industrial</b>	<b>382,2</b>	<b>348,4</b>	<b>+ 9,7</b>	<b>1.489,7</b>	<b>1.423,7</b>	<b>+ 4,6</b>
Cativo Industrial	53,5	52,8	+ 1,2	226,8	237,3	- 4,4
Livre Industrial	328,7	295,6	+ 11,2	1.262,9	1.186,4	+ 6,4
<b>Comercial</b>	<b>287,0</b>	<b>254,9</b>	<b>+ 12,6</b>	<b>1.084,7</b>	<b>1.085,6</b>	<b>- 0,1</b>
Cativo Comercial	213,3	200,7	+ 6,3	796,6	854,1	- 6,7
Livre Comercial	73,7	54,2	+ 36,1	288,0	231,5	+ 24,4
<b>Rural</b>	<b>147,9</b>	<b>128,6</b>	<b>+ 14,9</b>	<b>538,3</b>	<b>567,7</b>	<b>- 5,2</b>
Cativo Rural	142,6	125,2	+ 13,9	519,6	554,2	- 6,2
Livre Rural	5,3	3,4	+ 54,2	18,7	13,5	+ 38,1
<b>Outros</b>	<b>194,6</b>	<b>169,0</b>	<b>+ 15,2</b>	<b>693,9</b>	<b>671,1</b>	<b>+ 3,4</b>
Cativo Outros	167,9	144,3	+ 16,4	595,5	578,6	+ 2,9
Livre Outros	26,7	24,6	+ 8,3	98,3	92,5	+ 6,3
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>1.201,9</b>	<b>1.015,2</b>	<b>+ 18,4</b>	<b>4.261,0</b>	<b>4.228,8</b>	<b>+ 0,8</b>
<b>2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)</b>	<b>434,4</b>	<b>377,8</b>	<b>+ 15,0</b>	<b>1.668,0</b>	<b>1.524,0</b>	<b>+ 9,4</b>
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>1.636,3</b>	<b>1.393,0</b>	<b>+ 17,5</b>	<b>5.929,0</b>	<b>5.752,8</b>	<b>+ 3,1</b>
<b>4 Fornecimento não faturado</b>	<b>50,9</b>	<b>63,2</b>	<b>- 19,4</b>	<b>31,1</b>	<b>-10,2</b>	<b>-</b>
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>1.687,2</b>	<b>1.456,2</b>	<b>+ 15,9</b>	<b>5.960,1</b>	<b>5.742,6</b>	<b>+ 3,8</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o período com 1.129.671 unidades consumidoras cativas, número 2,2% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 497 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [Clique aqui](#).

### 3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o ano com um índice de perdas de 11,47pp, queda de 0,22pp em relação ao trimestre anterior e um leve aumento de 0,05pp em relação ao mesmo período do ano passado.

A Distribuidora vem apresentando uma trajetória positiva na redução de perdas, com uma distância de 1,12 pp em relação ao limite regulatório. Esses resultados evidenciam a eficácia da estratégia adotada nos combates às perdas.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

									Últimos 12 meses	
Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL	
dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23		
8,67	7,90	7,95	2,75	3,79	3,52	11,42	11,69	11,47	12,59	

### 3.4. Gestão da inadimplência

#### 3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p.p.
0,90	1,50	-0,60

Para os clientes residenciais de baixa renda a Energisa aderiu ao programa “Desenrola Brasil” que foi ação relevante na regularização de débitos dos clientes aptos ao programa contribuindo na redução de R\$ 7,2 MM na PPECLD no trimestre

#### 3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Varição em p. p.
97,33	97,47	-0,14

O aumento do consumo decorrente da onda calor em função do El Niño, observado a partir do final do 3T23, acarretou um efeito transitório no indicador, pois elevou o faturamento (denominador) e o saldo em aberto (numerador) nos vencimentos de curto prazo, onde as ações de cobrança ainda não são realizadas na sua plenitude.

### 3.5. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia manteve o seu excelente desempenho, apresentando resultados abaixo dos limites regulatórios para os indicadores DEC e FEC, fruto das ações e investimentos realizados para melhoria da qualidade do serviço. Em dezembro de 2023, o DEC alcançou uma redução de 0,49 horas e o FEC reduziu de 0,26 vezes em relação ao mesmo período do ano anterior.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/23	dez/22	Var.(%)	dez/23	dez/22	Var.(%)		
9,28	9,77	- 5,0	4,00	4,26	- 6,1	10,60 <span style="color: green;">●</span>	7,10 <span style="color: green;">●</span>

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

### 3.6. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Trimestre			Exercício		
4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
72,3	64,7	+ 11,7	278,2	253,2	+ 9,9

## 4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 657,5 milhões no 4T23, aumento de 4,9% (R\$ 30,9 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
<b>1 Custos e despesas não controláveis</b>	<b>451,0</b>	<b>435,8</b>	<b>+ 3,5</b>	<b>1.682,1</b>	<b>1.710,0</b>	<b>- 1,6</b>
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	347,6	348,2	- 0,2	1.290,5	1.379,0	- 6,4
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	103,4	87,7	+ 17,9	391,6	331,0	+ 18,3
<b>2 Custos e despesas controláveis</b>	<b>145,4</b>	<b>148,2</b>	<b>- 1,9</b>	<b>512,3</b>	<b>499,5</b>	<b>+ 2,6</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>136,6</b>	<b>137,1</b>	<b>- 0,4</b>	<b>455,0</b>	<b>418,0</b>	<b>+ 8,8</b>
2.1.1 Pessoal e administradores e benefício pós-emprego	48,8	59,1	- 17,5	146,9	163,0	- 9,9
2.1.2 Material	9,8	8,3	+ 17,6	36,2	31,8	+ 14,0
2.1.3 Serviços de terceiros	68,4	59,6	+ 14,7	243,8	195,4	+ 24,7
2.1.4 Outras	9,7	10,1	- 3,8	28,1	27,8	+ 1,0
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,9	0,7	+ 17,8	3,9	3,3	+ 17,3
✓ Outros	8,8	9,3	- 5,5	24,2	24,5	- 1,3
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>8,8</b>	<b>11,1</b>	<b>- 20,9</b>	<b>57,3</b>	<b>81,4</b>	<b>- 29,6</b>
2.2.1 Contingências	1,5	0,9	+ 62,4	13,9	15,4	- 9,6
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	7,3	10,2	- 28,4	43,4	66,1	- 34,3
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>61,1</b>	<b>42,6</b>	<b>+ 43,6</b>	<b>224,0</b>	<b>162,4</b>	<b>+ 37,9</b>
3.1 Amortização e depreciação	46,3	38,3	+ 21,0	174,9	136,7	+ 27,9
3.2 Outras receitas/despesas	14,8	4,3	+ 244,7	49,1	25,7	+ 91,2
<b>Total custos e despesas operacionais (1+2+3)</b>	<b>657,5</b>	<b>626,6</b>	<b>+ 4,9</b>	<b>2.418,4</b>	<b>2.371,9</b>	<b>+ 2,0</b>
Custo de construção de infraestrutura (*)	135,2	125,6	+ 7,6	535,8	658,2	- 18,6
<b>Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)</b>	<b>792,8</b>	<b>752,3</b>	<b>+ 5,4</b>	<b>2.954,2</b>	<b>3.030,0</b>	<b>- 2,5</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## ✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 48,8 milhões, redução de 17,5% (R\$ 10,3 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) - R\$ 12,9 milhões em função da maior capitalização registrado no trimestre;
- (ii) - R\$ 3,5 milhões em função das menores despesas com PLR reconhecido no resultado;
- (iii) - R\$ 1,6 milhão na rubrica de encargos referente a menores despesas com provisão de férias;
- (iv) + R\$ 6,1 milhões na rubrica de remuneração e benefícios com despesas médicas e alimentação, sendo R\$ 1,9 milhão referente à Resolução Aneel 1.000;

## ✓ Despesas com materiais

No trimestre, as despesas com materiais atingiram R\$ 9,8 milhões, aumento de 17,6% (R\$ 1,5 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 1,6 milhão em função dos custos de frota, sendo R\$ 0,3 milhão para atender a Resolução ANEEL 1.000 nas distribuidoras;
- (ii) + R\$ 0,7 milhão de despesas em materiais técnicos, de segurança e de escritório;
- (iii) - R\$ 0,9 milhão com maior capitalização de materiais.

## ✓ Despesas com serviços de terceiros

No trimestre, as despesas serviços de terceiros atingiram R\$ 68,4 milhões, aumento de 14,7% (R\$ 8,8 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 9,1 milhões nas despesas de manutenção e conservação como despesas com poda de árvore, limpeza de faixa de servidão e manutenção em linhas e equipamentos;
- (ii) + R\$ 4,4 milhões de despesas de clientes e arrecadação, com gastos referentes a cortes e religação;
- (iii) + R\$ 1,7 milhão com maiores despesas Intercompany;
- (iv) - R\$ 3,0 milhões com menores despesas com consultoria;

## ✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 9,7 milhões, redução de 3,8% (R\$ 0,4 milhão) comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

- (i) - R\$ 1,1 milhão devido a menores despesas com Telecom (telefonia e call center);
- (ii) - R\$ 0,7 milhão a ajustes de inventários reconhecidas no resultado.
- (iii) + R\$ 1,6 milhão com despesas de patrocínios.

## Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

O PPECLD alcançou R\$ 43,4 milhões, redução de R\$ 22,7 milhões no ano. Para maiores detalhes, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

## Demais receitas/despesas

No trimestre, as demais receitas/despesas atingiram R\$ 61,1 milhões, aumento de 43,6% (R\$ 18,6 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado.

## 5. Lucro líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 201,5 milhões, aumento de 41,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 184,3 milhões, R\$ 81,8 milhões (+79,8%) acima do registrado no 4T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	201,5	142,7	+ 41,2	58,8	609,0	556,8	+ 9,4	52,2
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	17,2	20,4	- 15,8	(3,2)	102,3	63,3	+ 61,5	38,9
(=) Lucro líquido ajustado	184,3	122,3	+ 50,7	62,0	506,8	493,5	+ 2,7	13,3
<b>Efeitos não recorrentes</b>								
(+) Receita não faturada <sup>(1)</sup>	-	(19,8)	-	19,8	-	-	-	-
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	184,3	102,5	+ 79,8	81,8	506,8	493,5	+ 2,7	13,3

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram revisados em 2023, resultando na sua eliminação.

O EBITDA totalizou R\$ 415,9 milhões no trimestre, aumento de 34,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 389,9 milhões, R\$ 142,2 milhões (+57,4%) maior que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	415,9	308,2	+ 34,9	107,6	1.361,2	1.185,1	+ 14,9	176,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	26,0	30,9	- 15,8	(4,9)	154,9	95,9	+ 61,5	59,0
(=) EBITDA ajustado	389,9	277,3	+ 40,6	112,5	1.206,3	1.089,2	+ 10,8	117,1
<b>Efeitos não recorrentes</b>								
(+) Receita não faturada <sup>(1)</sup>	-	(29,7)	-	29,7	-	-	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	389,9	247,6	+ 57,4	142,2	1.206,3	1.089,2	+ 10,8	117,1

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram revisados em 2023, resultando na sua eliminação.

## 6. Estrutura de capital

### 6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em dezembro, totalizou R\$ 732,5 milhões, frente aos R\$ 565,3 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)<sup>(1)</sup>, que apresentaram montantes positivos de R\$ 108,9 milhões em dezembro, contra R\$ 87,8 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 2.888,5 milhões, contra R\$ 2.835,6 milhões em setembro de 2023, reduzindo o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado 2,0x.

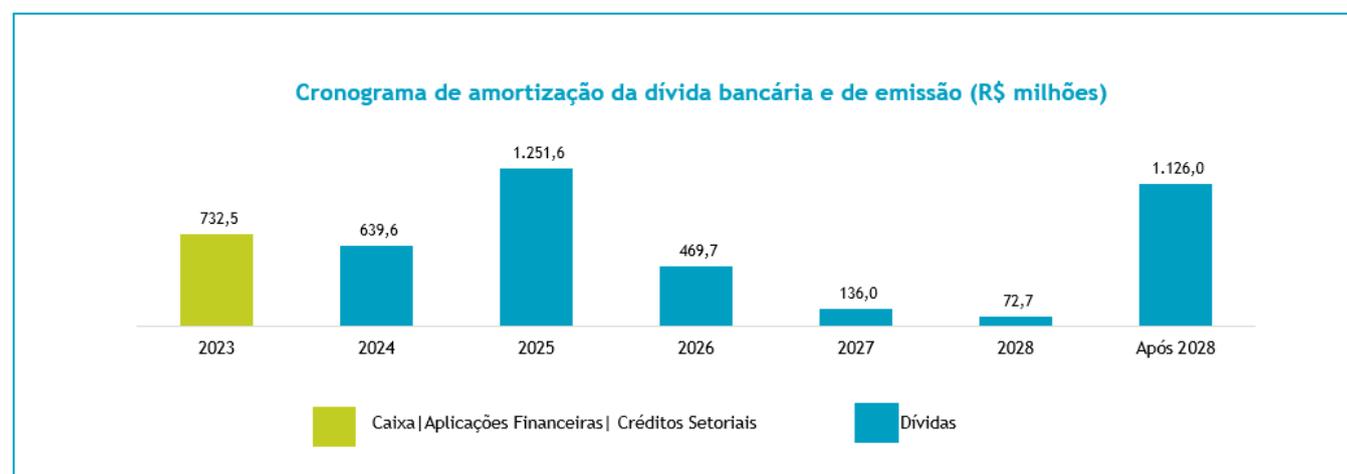
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
<b>Circulante</b>	<b>674,2</b>	<b>655,4</b>	<b>782,0</b>
Empréstimos e financiamentos	310,8	317,1	405,2
Debêntures	273,0	253,9	253,7
Encargos de dívidas	55,8	44,1	61,1
Benefícios pós-emprego	3,2	0,6	0,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	31,4	39,6	61,4
<b>Não Circulante</b>	<b>2.946,9</b>	<b>2.745,6</b>	<b>2.640,0</b>
Empréstimos e financiamentos	1.663,4	1.679,6	1.714,4
Debêntures	1.392,7	1.163,1	1.042,6
Benefícios pós-emprego	25,1	4,4	4,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(134,3)	(101,5)	(121,3)
<b>Total das dívidas</b>	<b>3.621,0</b>	<b>3.400,9</b>	<b>3.422,0</b>
(-) Disponibilidades financeiras	623,7	477,6	586,2
✓ Caixa e equivalentes de caixa	84,1	75,7	274,5
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	539,6	401,9	311,7
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>2.997,4</b>	<b>2.923,3</b>	<b>2.835,8</b>
(-) Créditos CDE	45,2	45,0	47,4
(-) Créditos CVA <sup>(1)</sup>	63,7	42,8	90,2
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>2.888,5</b>	<b>2.835,6</b>	<b>2.698,2</b>
<b>Indicador Relativo</b>			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses <sup>(2)</sup>	2,0	2,2	2,2

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

## 6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



## 7. Investimentos

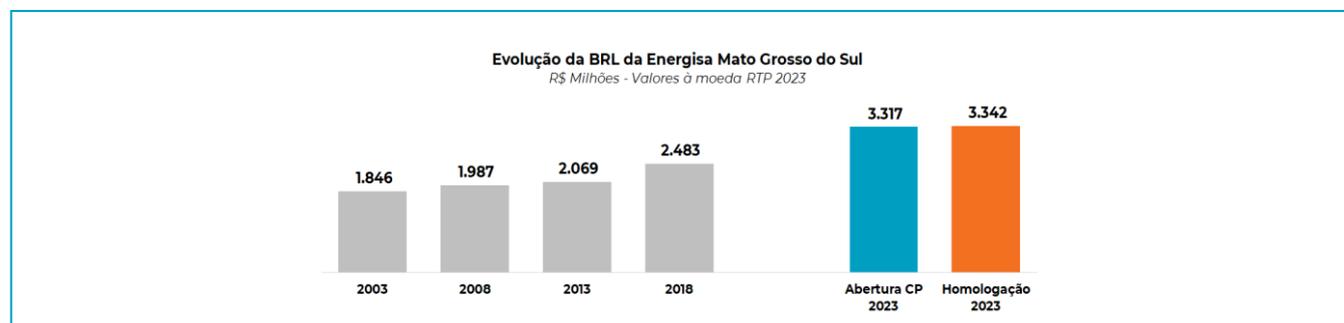
A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo Elétrico	129,3	112,1	+ 15,4	530,1	701,5	- 24,4
Obrigações Especiais (*)	8,5	16,3	- 48,2	55,8	106,4	- 47,6
Ativo não Elétrico	6,3	6,5	- 4,0	25,8	25,0	+ 3,4
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>144,1</b>	<b>135,0</b>	<b>+ 6,7</b>	<b>611,7</b>	<b>832,9</b>	<b>- 26,6</b>

(\*) As “Obrigações especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a base de remuneração regulatória da distribuidora.

## 8. Conclusão da revisão tarifária

No ano de 2023 foi homologado o maior crescimento histórico da base de ativos da Energisa Mato Grosso do Sul, que representou crescimento real de 34,6% em relação a última base de ativos homologada em 2018. Ao todo foram investidos R\$ 2.424 milhões desde a última revisão tarifária.



Segue o resultado apurado para a parcela B decorrente da Revisão Tarifária:

Distribuidora	Parcela B				Processo Revisional
	DRA <sup>(1)</sup>	DRP <sup>(2)</sup>	Variação (R\$ milhões)	Variação %	
EMS	1.525,1	1.533,1	8,0	+0,5	Revisão

(1) DRA - Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela Aneel, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(2) DRP - Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela Aneel, quer seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário. Ambas utilizam o mesmo mercado de referência e, portanto, a razão entre as duas indica apenas o incremento tarifário do componente.

## 9. Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança

---

A Energisa Mato Grosso do Sul conta com um total de 2.316 colaboradores, divididos entre 1.364 empregados diretos e 957 parceiros contratados de terceiros. A empresa está comprometida com a constante evolução do ambiente de trabalho oferecido aos seus colaboradores, os quais são alvo de ações contínuas de capacitação, análise de desempenho e valorização.

O processo de avaliação de desempenho foi reformulado recentemente e passou a ser denominado Ciclo de Carreira e Desenvolvimento. Esse novo ciclo oferece um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador, proporcionando assim uma gestão mais eficaz e alinhada com os objetivos individuais e organizacionais.

Além disso, a Energisa tem como foco a saúde e integridade dos seus colaboradores, por meio da atuação preventiva e a gestão de um ambiente de trabalho saudável que abrange todos os níveis do Grupo. Para facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, a Energisa integra todas as áreas da organização em conjunto com as lideranças, incentivando a participação nos programas de promoção da saúde.

Por isso, o Grupo implantou a iniciativa Viva Energia, que tem como objetivo o foco na saúde integrada dos colaboradores. Suas ações são voltadas à prevenção de doenças, ao estímulo a um estilo de vida saudável e ao acompanhamento das condições de saúde de todo o público interno, incluindo pacientes crônicos e grupos de risco. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, compostas por médicos do trabalho, nutricionistas, profissionais de educação física, fisioterapeutas e psicólogos. Além destas ações, ele também oferece atenção especial às colaboradoras gestantes (e às dependentes dos colaboradores). Busca prevenir doenças ocupacionais e combater a transmissão de moléstias no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e saudável para nossas pessoas.

Também foi criado o programa Saúde Integral, com iniciativas focadas no bem-estar de colaboradores e dependentes. Este é a porta de entrada para que o beneficiário tenha apoio e atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana em campos como social, psicológico, físico, jurídico, nutricional, previdenciário e financeiro. Para pacientes crônicos, como portadores de obesidades, doenças cardiovasculares, diabetes ou doenças respiratórias, há monitoramento ativo, com atendimento telefônico e orientações específicas.

## 10. Responsabilidade socioambiental

---

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Mato Grosso do Sul destinou cerca R\$ 2,0 milhões para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. A empresa investiu R\$ 12,0 milhões no ano de 2023.

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.

Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e da divulgação interna. Através do Nossa Energia, juntamente com o Programa de Eficiência Energética, desenvolve ações nas comunidades para o consumo consciente e redução de consumo de energia, além de troca de equipamentos pouco eficientes por outros que promovam a redução de consumo.

Contratação de fornecedores: A Companhia contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida.

A Energisa Minas Mato Grosso do Sul realiza ações para redução da emissão de gases, possui política de renovação da frota, regra de velocidade máxima nos veículos, manutenção periódica, transporte solidário através do controle de viagens e procura utilizar o biocombustível. No ano de 2022 o Grupo realizou a segunda publicação de inventário de Gases de Efeito Estufa na plataforma de Registro de Emissões Públicas, sendo auditado e acreditado com o Selo Ouro.

## 11. Eventos subsequentes

---

### 10.1 Emissão de debêntures

Em 07 de fevereiro de 2024 a controlada indireta, Energia Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A, efetuou a 21ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$ 400,0 milhões com vencimento 15 de fevereiro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,1076% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 07 de fevereiro de 2024, os recursos serão destinados para o financiamento futuro do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

### 10.2 Dividendos do exercício de 2023

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$ 167,8 milhões, equivalentes a R\$ 259,35252641747 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 01 de abril de 2024, com base na posição acionária do dia 13 de março de 2024, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1 Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	84.088	111.683
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	515.506	303.778
Consumidores e concessionárias	6	789.564	657.620
Estoques		15.764	16.973
Instrumentos financeiros derivativos	30	27.600	5.214
Tributos a recuperar	7	374.648	356.284
Ativos financeiros setoriais	9	127.738	197.904
Outros créditos	10	123.515	118.550
<b>Total do circulante</b>		<b>2.058.423</b>	<b>1.768.006</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	24.068	23.492
Consumidores e concessionárias	6	105.308	81.527
Tributos a recuperar	7	104.671	274.644
Cauções e depósitos vinculados	23.1	58.945	55.278
Instrumentos financeiros derivativos	30	139.786	134.098
Ativos financeiros setoriais	9	47.113	116.370
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	2.659.695	2.148.182
Outros créditos	10	14.338	10.197
		<b>3.153.924</b>	<b>2.843.788</b>
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	253.980	215.859
Investimentos		648	576
Imobilizado	15	21.590	18.232
Intangível	16	728.407	780.458
<b>Total do não circulante</b>		<b>4.158.549</b>	<b>3.858.913</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.216.972</b>	<b>5.626.919</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

## 2 Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	17	332.455	265.917
Encargos de dívidas	18	55.773	74.266
Empréstimos e financiamentos	18	310.752	333.862
Debêntures	19	273.031	132.028
Folha de pagamento		946	6.883
Impostos e contribuições sociais	20	152.588	95.309
Instrumentos financeiros derivativos	30	58.983	88.479
Obrigações estimadas		36.119	35.580
Contribuição de iluminação pública		40.857	18.787
Benefícios pós-emprego	31	3.222	623
Encargos setoriais	22.1	54.493	34.363
Incorporação de redes	22.2	9.848	44.504
Passivos financeiros setoriais	9	100.650	134.990
Arrendamentos operacionais		276	709
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	69.449	-
Outros passivos		33.666	33.692
<b>Total do circulante</b>		<b>1.533.108</b>	<b>1.299.992</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	17	20.831	21.315
Empréstimos e financiamentos	18	1.663.362	1.743.153
Debêntures	19	1.392.735	898.777
Impostos e contribuições sociais	20	55.025	44.311
Impostos e contribuições sociais diferido	12	156.634	97.248
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	23.1	48.547	54.208
Benefícios pós-emprego	31	25.094	3.903
Instrumentos financeiros derivativos	30	5.475	-
Encargos setoriais	22.1	15.867	14.464
Passivos financeiros setoriais	9	10.529	31.899
Arrendamentos operacionais		1.526	1.809
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	166.151	450.999
Outros passivos		833	578
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.562.609</b>	<b>3.362.664</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	24.1	616.732	616.732
Reservas de capital	24.2	121.419	120.751
Reservas de lucros	24.3 e 24.4	225.742	27.485
Dividendos adicionais propostos	24.5	167.805	194.446
Outros resultados abrangentes	24.6	(10.443)	4.849
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.121.255</b>	<b>964.263</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.216.972</b>	<b>5.626.919</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

## 3 Demonstrações de resultados

### PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	25	4.140.567	4.078.414
Custo do serviço de energia elétrica	26	(1.682.131)	(1.710.010)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(994.484)	(1.073.772)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.463.952</b>	<b>1.294.632</b>
Despesas gerais e administrativas	26	(228.535)	(220.594)
Outras receitas	27	9.445	6.810
Outras despesas	27	(58.530)	(32.483)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>		<b>1.186.332</b>	<b>1.048.365</b>
Receita financeira	28	186.146	174.835
Despesas financeiras	28	(478.966)	(415.426)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(292.820)</b>	<b>(240.591)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>893.512</b>	<b>807.774</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(217.204)	(223.667)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(67.264)	(27.260)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>609.044</b>	<b>556.847</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$</b>	29	<b>941,34</b>	<b>860,66</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

## 4 Demonstração do resultado abrangente

### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	<b>609.044</b>	<b>556.847</b>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	24.6	(15.292)	13.197
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>		<b>593.752</b>	<b>570.044</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

## 5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Capital			Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
		Remuneração das imobilizações sem curso	Reserva especial de ágio	Programa remuneração variável (ILP)	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva legal				
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>616.732</b>	<b>1.650</b>	<b>116.944</b>	<b>1.785</b>	-	<b>68.078</b>	<b>173.752</b>	<b>(75.270)</b>	<b>(8.348)</b>	<b>895.323</b>
Realização de reservas						(68.076)		68.076		-
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	-	372	-	-	-	-	-	372
Pagamento de dividendos adicionais	24.5	-	-	-	-	-	(173.752)	-	-	(173.752)
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	556.847	-	556.847
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										
Reserva legal	24.3 e 24.5	-	-	-	-	27.483	-	(27.483)	-	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	(327.724)	-	(327.724)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	194.446	(194.446)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos										
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	19.995	19.995
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	(6.798)	(6.798)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>616.732</b>	<b>1.650</b>	<b>116.944</b>	<b>2.157</b>	-	<b>27.485</b>	<b>194.446</b>	-	<b>4.849</b>	<b>964.263</b>
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	-	668	-	-	-	-	-	668
Pagamento de dividendos adicionais	24.5	-	-	-	-	-	(194.446)	-	-	(194.446)
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	609.044	-	609.044
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										
Reserva legal	24.3 e 24.5	-	-	-	-	30.452	-	(30.452)	-	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	(242.982)	-	(242.982)
Reserva de retenção de lucros	24.4	-	-	-	167.805	-	-	(167.805)	-	-
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	167.805	(167.805)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos										
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	(23.170)	(23.170)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	7.878	7.878
<b>Saldos em 31 dezembro de 2023</b>	<b>616.732</b>	<b>1.650</b>	<b>116.944</b>	<b>2.825</b>	<b>167.805</b>	<b>57.937</b>	<b>167.805</b>	-	<b>(10.443)</b>	<b>1.121.255</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

## 6 Demonstração do valor adicionado

### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Geração do valor adicionado:</b>	-	-	-
<b>Receitas</b>			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	25	5.539.216	5.138.670
Outros resultados	27	9.445	6.810
Receitas relativas a construção de ativos próprios	25 e 28	540.241	662.964
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	26	(43.398)	(66.063)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo da energia elétrica vendida		(1.847.312)	(1.877.346)
Materiais e serviços de terceiros		(288.312)	(233.489)
Outros custos operacionais		(626.605)	(722.516)
		<b>(2.762.229)</b>	<b>(2.833.351)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>3.283.275</b>	<b>2.909.030</b>
Depreciação e amortização	26	(174.892)	(136.727)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>3.108.383</b>	<b>2.772.303</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	28	195.221	183.357
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>3.303.604</b>	<b>2.955.660</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		49.820	75.477
Benefícios		60.928	53.127
FGTS		8.858	8.350
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		560.593	517.564
Estaduais		876.933	725.523
Municipais		1.319	1.214
Obrigações intra-setoriais		651.327	596.180
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros	28	483.362	420.205
Aluguéis		1.420	1.173
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Dividendos	24.5	242.982	327.724
Dividendos adicionais propostos	24.5	167.805	194.448
Reserva Legal	24.3 e 24.5	30.452	27.483
Realização de reserva de reavaliação		-	7.192
Reserva de retenção de lucros		167.805	-
		<b>3.303.604</b>	<b>2.955.660</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

## 7 Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Atividades operacionais</b>	-	-	-
Lucro líquido do exercício	29	609.044	556.847
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	284.468	250.927
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		266.844	220.297
Depreciação e amortização	26	174.892	136.727
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	26	43.398	66.063
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	23	13.881	15.051
Instrumentos financeiros derivativos	28	116.412	72.243
Marcação a mercado de derivativos	28	(69.434)	32.180
Marcação a mercado de dívida	28	49.744	(26.310)
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(154.943)	(95.940)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	27	37.994	20.454
Programa de remuneração variável (ILP)	11	668	604
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(207.119)	(26.086)
Diminuição (aumento) de estoques		1.209	(6.571)
(Aumento) de tributos a recuperar		(50.526)	(57.331)
Recursos da conta de comercialização de Itaipu		-	1.907
(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados		(3.667)	15.128
(Aumento) de outros créditos		(53.403)	(26.335)
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Aumento (diminuição) de fornecedores		44.332	(91.590)
(diminuição) aumento de folha de pagamento		(5.937)	3.008
Aumento de impostos e contribuições sociais		264.764	131.152
Imposto de Renda e contribuição social pagos		(173.463)	(198.987)
Aumento de obrigações intrassetoriais		25.887	11.796
Aumento (diminuição) de obrigações estimadas		539	(968)
Varição de ativos e passivos financeiros setoriais	9	(144.502)	(52.505)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	23	(20.031)	(41.383)
Aumento (diminuição) aumento de outras contas a pagar		22.296	(44.173)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>1.073.347</b>	<b>866.205</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(164.051)	45.349
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14,15 e 16	(522.067)	(677.453)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14,15 e 16	29.248	19.075
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(656.870)</b>	<b>(613.029)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	1.046.367	910.347
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(586.491)	(353.661)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(319.491)	(178.639)
(Pagamento) liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(100.696)	(44.031)
Incorporação de rede	22.2	(44.313)	(4.222)
Pagamentos de dividendos	24.5	(437.428)	(501.476)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(2.020)	(2.273)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>		<b>(444.072)</b>	<b>(173.955)</b>
<b>Varição líquida do caixa</b>		<b>(27.595)</b>	<b>79.221</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		111.683	32.462
Caixa mais equivalentes de caixa finais		84.088	111.683
<b>Varição líquida do caixa</b>		<b>(27.595)</b>	<b>79.221</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8 Balanço social

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	4.140.567			4.078.414		
Resultado operacional (RO)	893.512			807.774		
Folha de pagamento bruta (FPB)	156.111			150.285		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	29.427	18,85%	0,71%	26.677	17,75%	0,65%
Encargos sociais compulsórios	19.715	12,63%	0,48%	18.398	12,24%	0,45%
Previdência privada	4.618	2,96%	0,11%	4.230	2,81%	0,10%
Saúde	27.282	17,48%	0,66%	19.372	12,89%	0,47%
Segurança e saúde no trabalho	2.822	1,81%	0,07%	8.782	5,84%	0,22%
Educação	122	0,08%	0,00%	134	0,09%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	979	0,63%	0,02%	950	0,63%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	473	0,30%	0,01%	400	0,27%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	22.543	14,44%	0,54%	25.931	17,25%	0,64%
Outros	8.988	5,76%	0,22%	6.243	4,15%	0,15%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>116.969</b>	<b>74,94%</b>	<b>2,82%</b>	<b>111.117</b>	<b>73,92%</b>	<b>2,71%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	481	0,05%	0,01%	519	0,06%	0,01%
Cultura	1.007	0,11%	0,02%	999	0,12%	0,02%
Esporte	-	0,00%	0,00%	125	0,02%	0,00%
Outros	369	0,04%	0,01%	292	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	1.857	0,20%	0,04%	1.935	0,24%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.070.457	231,72%	50,00%	1.225.903	151,76%	30,06%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>2.072.314</b>	<b>231,92%</b>	<b>50,04%</b>	<b>1.227.838</b>	<b>152,00%</b>	<b>30,10%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	53.488	5,99%	1,29%	28.703	3,55%	0,70%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	397	0,25%	0,04%	274	0,03%	0,01%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>53.885</b>	<b>6,24%</b>	<b>1,33%</b>	<b>28.977</b>	<b>3,58%</b>	<b>0,71%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( x ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75%		( x ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75%		( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%	
	( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2023</b>			<b>2022</b>		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.364			1.370		
Nº de admissões durante o período	140			175		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	952			1.243		
Nº de estagiários(as)	13			20		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	121			143		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	166			160		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,10%			21,95%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	661			639		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	15,70%			9,80%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	69			70		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2023</b>			<b>Metas 2024</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	43,73			43,73		
Número total de acidentes de trabalho	1			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( X ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivar e seguirá a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( X ) direção	( X ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	( X ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( X ) direção	( X ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados(as)	( X ) direção	( X ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	( X ) serão exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	( X ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	( X ) apoiará	( ) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	( X ) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 1.211.790	no Procon 399	na Justiça 3.091	na empresa 1.211.790	no Procon 360	na Justiça 2.989
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,85%	no Procon 89%	na Justiça 35%	na empresa 98,7%	no Procon 92%	na Justiça 40%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 3.303.604			Em 2022: 2.955.660		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	63% governo 4% colaboradores(as) 12% acionistas 15% terceiros 6% retido			62% governo 5% colaboradores(as) 18% acionistas 14% terceiros 1% retido		
<b>7 - Outras Informações</b>	<b>2023</b>			<b>2022</b>		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			32.653		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			21.769		
<b>Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)</b>	<b>-</b>			<b>54.422</b>		
7.2 - Programa de eficiência Energética	12.029			12.577		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	3.326			5.480		
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>	<b>15.355</b>			<b>72.479</b>		

**Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

### 1. Contexto operacional

---

A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 28 de agosto de 1981. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”) e possui sede na cidade de Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul. Sua área de concessão abrange 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 1.130.172 consumidores em 74 municípios.

#### 1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a concessão para a distribuição de energia elétrica em 74 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 03 de dezembro de 2027. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder concedente.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual-infraestrutura em construção e a receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 25, respectivamente.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidas como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;

- III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental;
- VIII. Nota explicativa nº 26 - Custo e despesas operacionais;
- IX. Nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº 31 - Benefícios pós emprego.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis

---

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Principais práticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Instrumentos financeiros e operações de hedge**

##### **Ativos financeiros:**

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

#### **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:**

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 30.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

#### **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

**Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### **Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

#### **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **Instrumentos financeiros derivativos:**

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

## Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 30, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

“*Hedges*” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- g. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica, de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável;
- h. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;

- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares.

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, o seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

- j. **Arrendamentos** - os contratos, são avaliados se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Intangível direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

## I. Redução a valor recuperável

### Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2023 e 2022, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

**m. Empréstimos e financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- n. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30;
- o. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- s. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal por meio da com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado dos exercícios em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (nota explicativa nº 10) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras;

- t. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte complementar às demonstrações financeiras.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso Sul, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira foi de 94,1% do CDI em 2022.

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	84.088	47.760
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Operações Compromissadas	-	63.923
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante <sup>(1)</sup></b>	<b>84.088</b>	<b>111.683</b>

<sup>(1)</sup> As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

### 5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, LFT, Notas do Tesouro Nacional (NTNF, NTN B), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 97,5% do CDI (100,2% do CDI em 2022).

	2023	2022
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	355	688
Fundos de investimentos <sup>(1)</sup>	85.232	77.951
<b>Fundos de investimentos exclusivos <sup>(2)</sup></b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.087	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2.937	4.701
Compromissadas	43.034	3.075
Fundo Multimercado	285	806
Fundo de Renda Fixa	313.776	187.984
Letra financeira do Tesouro (LFT)	17.752	14.183
Letra financeira (LFPN)	-	35
Letra financeira (LF)	41.179	13.791
Nota de Crédito (NC)	653	-
Letra financeira (LFS)	187	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	7.866	564
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	163	-
<b>Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) <sup>(3)</sup></b>	<b>24.068</b>	<b>23.492</b>
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(4)</sup></b>	<b>539.574</b>	<b>327.270</b>
Circulante	515.506	303.778
Não circulante	24.068	23.492

<sup>(1)</sup> Fundos de investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -25,5% a 104,4% (-31,4% a 109,3% em 2022) e média ponderada 86,8% do CDI (85,5% em 2022).

<sup>(2)</sup> Fundos de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundo de Renda Fixa, LFT, LFPN, LF, NC, LFS, NTN B e NTNF são remuneradas 101,6% do CDI Fundo BB Energisa, 85,1% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 103,5% do CDI Fundo BTG Zona da Mata e 98,6% (102,6% em 2022) do CDI Fundo Zona da Mata.

<sup>(3)</sup> Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034.

<sup>(4)</sup> Inclui R\$102.120 (R\$94.337 em 2022) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos e outros, conforme segue:

Recursos vinculados	2023	2022
Bloqueios judiciais	2.233	2.009
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	24.068	23.492
Programa Luz para todos	75.464	68.147
Outros	355	689
<b>Total</b>	<b>102.120</b>	<b>94.337</b>

## 6 Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldo a vencer		Saldo vencidos				PPECLD <sup>(2)</sup>	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2023	2022
<b>Valores correntes:</b>									
Residencial	140.704	-	86.719	11.875	3.349	5.686	(25.693)	222.640	161.680
Industrial	18.240	-	4.920	258	378	4.189	(4.198)	23.787	20.726
Comercial	46.838	-	18.614	1.966	1.466	4.390	(6.228)	67.046	59.369
Rural	25.245	-	11.986	2.751	4.509	2.046	(2.179)	44.358	34.293
Poder público	27.235	-	1.085	6	19	58	(83)	28.320	21.464
Iluminação pública	10.580	-	186	-	2	82	(83)	10.767	9.629
Serviço público	12.398	-	4	1	1	1	(2)	12.403	10.588
Fornecimento não faturado	338.831	-	-	-	-	-	(2.607)	336.224	278.877
Arrecadação Processo Classificação	(527)	-	-	-	-	-	-	(527)	(526)
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	9.931	41.473	6.889	3.157	3.416	24.068	(47.582)	41.352	31.850
Industrial	800	2.618	493	99	107	2.038	(3.411)	2.744	1.829
Comercial	2.847	57.760	1.681	790	842	6.643	(11.680)	58.883	50.526
Rural	1.413	12.233	813	363	528	1.845	(10.075)	7.120	4.926
Poder público	458	5.949	-	-	-	34	(34)	6.407	10.820
Iluminação pública	37	52	-	-	-	7	(7)	89	1.516
Serviço público	81	617	-	-	-	223	(226)	695	282
(-) Ajuste valor Presente <sup>(1)</sup>	(304)	(31.967)	-	-	-	-	-	(32.271)	(24.275)
<b>Subtotal -consumidor</b>	<b>634.807</b>	<b>88.735</b>	<b>133.390</b>	<b>21.266</b>	<b>14.617</b>	<b>51.310</b>	<b>(114.088)</b>	<b>830.037</b>	<b>673.574</b>
Suprimento Energia <sup>(3)</sup>	2.688	-	-	-	-	1.010	-	3.698	13.593
Outros <sup>(4)</sup>	14.423	-	-	-	-	47.864	(1.150)	61.137	51.980
<b>Como demais</b>	<b>651.918</b>	<b>88.735</b>	<b>133.390</b>	<b>21.266</b>	<b>14.617</b>	<b>100.184</b>	<b>(115.238)</b>	<b>894.872</b>	<b>739.147</b>
Circulante								789.564	657.620
Não circulante								105.308	81.527

<sup>(1)</sup> **Ajuste a Valor Presente** - calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

<sup>(2)</sup> **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)** - é constituída, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2023	2022
<b>Saldos inicial</b>	<b>104.029</b>	<b>88.791</b>
Provisões liquidas constituídas no exercício	43.398	66.063
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(32.189)	(50.825)
<b>Saldos final</b>	<b>115.238</b>	<b>104.029</b>

<sup>(3)</sup> Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Composição do saldo da CCEE	2023	2022
Créditos a vencer	2.688	12.583
Créditos vinculados a liminares <sup>(1)</sup>	1.010	1.010
<b>Subtotal créditos CCEE</b>	<b>3.698</b>	<b>13.593</b>
(-) Aquisições de Energia na CCEE <sup>(*)</sup>	(12.034)	(13.572)
(-) Encargos de serviços de sistema <sup>(*)</sup>	(5.560)	(277)
<b>Total débitos CCEE</b>	<b>(13.896)</b>	<b>(256)</b>

<sup>(\*)</sup> nota explicativa nº 17.

<sup>(1)</sup> **Créditos vinculados a liminares** - os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercados Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

<sup>(4)</sup> **Outros** - inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R\$38.829 (R\$28.335 em 2022), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

## 7 Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	80.668	76.504
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	92.326	57.640
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	31.248	19.179
Contribuições ao PIS à COFINS	16.728	15.502
Exclusão do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS <sup>(1)</sup>	255.140	458.898
Outros	3.209	3.205
<b>Total</b>	<b>479.319</b>	<b>630.928</b>
Circulante	374.648	356.284
Não circulante	104.671	274.644

<sup>(1)</sup> Valores correspondem a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS em que o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, como também consolidou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais. A Companhia contabilizou os valores oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 11 de março de 2022. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$32.451 (R\$44.843 em 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 31 de março de 2021. Em 14 de julho de 2022, a Receita Federal do Brasil - RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em julho de 2022 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$236.209 (R\$117.443 em 2022).

## 8 Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP). Ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

### 8.1 Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

### 8.2 Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

Em 03 de abril de 2023 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.181 e Nota Técnica nº 52/2023-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quinta revisão tarifária periódica da Companhia, com reajuste médio percebido pelos consumidores um aumento de 9,28%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 08 de abril de 2023.

### 8.3 Bandeiras tarifárias

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh REH 2.888/2021 <sup>(1)</sup>	R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 <sup>(2)</sup>	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 <sup>(3)</sup>
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

<sup>(1)</sup> A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;

- (2) A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica e novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;
- (3) A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2023	2022
Janeiro	Verde	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez Hídrica
Março	Verde	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Escassez Hídrica / Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

## 8.4 Outros assuntos regulatórios

### 8.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, sendo os montantes involuntários estabelecidos como segue:

- 2016 e 2017: Despacho nº 2.168/2022;
- 2018: Despacho nº 4.395/2023.
- 

Os resultados relativos à 2016-2018 estão sendo reconhecidos nos últimos eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2023) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente, proporcionalizando um saldo ativo de R\$15.615 (R\$9.726 em 2022).

Os valores reconhecidos no exercício, contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização foi de R\$3 (R\$197 em 2022) e R\$5.893 (R\$6.823 em 2022), de atualização financeira credora, registrado no resultado financeiro.

### 8.4.2 Geração Distribuída

Diante de posicionamentos recentes do regulador, por meio de notas técnicas, referente a neutralidade dos efeitos dos sistemas de geração distribuída (GD) no mecanismo tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Administração do Grupo Energisa conclui que ainda há incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e mensuração dos créditos de energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo, originados pelos sistemas de geração distribuída, frente ao tratamento regulatório aplicável para mensuração da reversão destes créditos à modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação. Neste contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que tais incertezas sejam esclarecidas.

## 9 Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida na receita operacional.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros regulatórios serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

	2023			2022		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
<b>Ativos Financeiros Setoriais</b>						
<b>Circulante</b>	-	127.738	127.738	-	197.904	197.904
<b>Não Circulante</b>	-	47.113	47.113	-	116.370	116.370
	-	174.851	174.851	-	314.274	314.274
<b>Passivo Financeiros Setoriais</b>						
<b>Circulante</b>	72.104	28.546	100.650	48.501	86.489	134.990
<b>Não Circulante</b>	-	10.529	10.529	-	31.899	31.899
	72.104	39.075	111.179	48.501	118.388	166.889
<b>Saldo líquido dos ativos e passivos</b>	(72.104)	135.776	63.672	(48.501)	195.886	147.385

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias <sup>(1)</sup>	Outros <sup>(3)</sup>	
<b>Itens da Parcela A</b>								
Energia elétrica comprada para revenda	(52.415)	(71.686)	55.444	(5.388)	-	-	-	(74.045)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	55.465	53.022	(50.065)	4.686	-	-	-	63.108
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.418	(3.125)	(105)	(91)	-	-	-	(903)
Encargo de serviços de sistema ESS	(74.774)	48.700	41.120	(921)	-	(12.758)	-	1.367
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.843	1.023	(25.379)	1.160	-	-	-	9.647
Transporte de energia elétrica - Itaipu	3.292	9.642	(2.887)	662	-	-	-	10.709
Bandeiras Tarifárias CCRBT <sup>(1)</sup>	(12)	12	-	-	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>								
Neutralidade da Parcela A	35.504	(50.769)	3.035	(1.031)	-	-	-	(13.261)
Sobrecontratação de energia	193.562	61.465	(108.309)	24.066	-	-	-	170.784
Devoluções Tarifárias <sup>(2)</sup>	(118.388)	46.089	28.735	(6.109)	-	-	-	(49.673)
CUSD	234	1.666	(324)	54	-	-	-	1.630
Exposição de submercados	1.470	(164)	(1.503)	(18)	-	-	-	(215)
Garantias financeiras	646	644	(591)	50	-	-	-	749
Saldo a compensar	26.039	7.533	(24.549)	(762)	-	-	-	8.261
Outros itens financeiros <sup>(3)</sup>	41.501	(292.401)	409.080	310	(244.883)	-	21.907	(64.486)
<b>Saldo líquido dos ativos e passivos</b>	<b>147.385</b>	<b>(188.349)</b>	<b>323.702</b>	<b>16.668</b>	<b>(244.883)</b>	<b>(12.758)</b>	<b>21.907</b>	<b>63.672</b>

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (1)	Outros (3)	
<b>Itens da Parcela A</b>								
Energia elétrica comprada para revenda	19.150	(103.649)	29.556	5.816	-	(3.288)	-	(52.415)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	54.831	49.620	(49.047)	61	-	-	-	55.465
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.429	7.033	(6.241)	197	-	-	-	2.418
Encargo de serviços de sistema ESS	180.343	(120.953)	(174.146)	(3.184)	-	43.166	-	(74.774)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(13.082)	51.621	(7.996)	2.300	-	-	-	32.843
Transporte de energia elétrica - Itaipu	99	2.964	187	42	-	-	-	3.292
Bandeiras Tarifárias CCRBT (2)	-	(12)	-	-	-	-	-	(12)
<b>Componentes financeiros</b>								
Neutralidade da Parcela A	1.595	28.634	4.459	816	-	-	-	35.504
Sobrecontratação de energia	(55.869)	174.825	63.776	10.830	-	-	-	193.562
Devoluções Tarifárias (1)	(81.327)	(25.850)	0	(11.211)	-	-	-	(118.388)
CUSD	(423)	124	546	(13)	-	-	-	234
Exposição de submercados	12.613	(142)	(11.136)	135	-	-	-	1.470
Garantias financeiras	558	559	(510)	39	-	-	-	646
Saldo a compensar	4.079	26.165	(4.797)	592	-	-	-	26.039
Outros itens financeiros (3)	73.972	160.181	170.275	9.842	(117.443)	-	(255.326)	41.501
<b>Saldo líquido dos ativos e passivos</b>	<b>197.968</b>	<b>251.120</b>	<b>14.926</b>	<b>16.262</b>	<b>(117.443)</b>	<b>39.878</b>	<b>(255.326)</b>	<b>147.385</b>

(1) **Bandeiras tarifárias CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 dezembro de 2023, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$12.758 (R\$39.878 em 2022);

(2) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP) iniciado em novembro de 2017, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);

(3) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específicos das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

**Repasso dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu** - em 17 de fevereiro de 2022 a Companhia recebeu R\$1.907 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para a concessionária foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos.

**Reversão Bônus Itaipu** - o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere - se a metade da reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decretos 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/202113. No próximo processo tarifário deverá ser considerado montante residual. Esse valor pago em 2023 pelos consumidores de R\$30.995 irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu.

**Empréstimo Conta Escassez Hídrica - REN n° 1.008/2022** - a ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos foram utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$178.676, dos quais R\$10.120 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$25.039 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução n° 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$143.517 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

**Crédito do PIS e COFINS** - conforme Lei nº 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do período dentro do ciclo tarifário do valor homologado. Abaixo os valores.

2023	2022	
RTP	RTA	RTE
210.586	101.000	50.740

**Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE** - refere-se a valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.120 de 24 de abril de 2023. O montante recebido em 2023 foi de R\$9.088 (R\$74.743 em 2022).

**Repasso Bandeira Escassez Hídrica** - no processo tarifário de 2021, foi considerado o financeiro negativo denominado “Bandeira Escassez Hídrica”, cujo propósito era o de não repassar às tarifas definidas naquele processo, o déficit até então acumulado pelas distribuidoras na Conta Bandeiras. No processo tarifário de 2023, o financeiro em questão será revertido, visto que, na apuração da CVA, está sendo realizado o encontro de contas entre: 1) o total de arrecadação associada à Bandeira Escassez Hídrica e; 2) os déficits acumulados até o processo tarifário de 2021 somados aos custos incorridos pela distribuidora posteriormente ao processo tarifário de 2021, conforme descrito na Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, com a inclusão do patamar específico de Bandeira Escassez Hídrica. O montante atualizado é de R\$64.068.

## 10 Outros créditos

	2023	2022
Subvenção baixa renda <sup>(1)</sup>	16.100	15.002
Subvenção CDE - Desconto Tarifário <sup>(2)</sup>	29.080	32.972
Bônus - Reembolso Fundo CDE	410	410
Adiantamentos a empregados	6.069	5.902
Adiantamentos a fornecedores	1.097	1.976
Dispêndios a reembolsar	996	996
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	28.258	18.920
Outras ordens em curso	10.249	5.832
Padrão baixa renda	3.259	3.259
Despesas pagas antecipadamente <sup>(3)</sup>	10.270	14.589
Outros créditos a Receber - CELPA <sup>(4)</sup>	3.831	3.858
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA <sup>(4)</sup>	(1.561)	(1.627)
Fundos Patronais dos planos de Previdência <sup>(5)</sup>	14.235	7.808
Créditos a receber de terceiros e alienação de bens e direitos <sup>(6)</sup>	9.758	11.424
Outros créditos a receber	5.802	7.426
<b>Total</b>	<b>137.853</b>	<b>128.747</b>
Circulante	123.515	118.550
Não circulante	14.338	10.197

<sup>(1)</sup> **Subvenção Baixa Renda** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2023, com estimativa de recebimento para o próximo trimestre. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2023	2022
<b>Saldo inicial - circulante</b>	<b>15.002</b>	<b>10.802</b>
Subvenção Baixa Renda	96.607	80.213
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(95.509)	(76.013)
<b>Saldo final - circulante</b>	<b>16.100</b>	<b>15.002</b>

<sup>(2)</sup> **Subvenção CDE - Descontos Tarifários** - referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período/exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorridas no exercício:

	2023	2022
Saldo inicial - circulante	32.972	23.099
Subsídios	181.595	173.006
Ressarcimento realizados pela CCEE <sup>(*)</sup>	(185.487)	(163.133)
<b>Saldo final - circulante</b>	<b>29.080</b>	<b>32.972</b>

<sup>(\*)</sup> A partir dos processos tarifários de 2023 posou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do SCEE.

<sup>(3)</sup> Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;

<sup>(4)</sup> **Outros créditos a receber das Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S.A. realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019.

<sup>(5)</sup> **EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência - Fundo Previdenciário Patronal** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõe também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da patrocinadora. Em dezembro de 2023 o saldo remanescente é de R\$14.235.

<sup>(6)</sup> **Créditos a receber de terceiros:** refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

## 11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A que detém 64,01% do capital total, que por sua vez possui o controle acionário das seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
<b>Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A</b>		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que detém o controle direto das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
<b>Controladas diretas da Energisa S/A:</b>		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energisa S/A;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Transmissão de Energia S/A;	ETE	Holding
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Holding e Geração distribuída
· Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A;	-	Serviços
· Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Biogás S/A;	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora a Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
<b>Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:</b>		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia
<b>Controladas diretas da Gemini Energy S/A:</b>		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços
<b>Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:</b>		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda;	REENERGISA I	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração distribuída
<b>Controlada direta da Energisa Biogás S/A:</b>		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
<b>Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:</b>		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - Es Gás	ESGAS	Distribuição de Gás Natural
<b>Controlada direta da Energisa Soluções S/A:</b>		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços Contratados (Despesas)	Compartilhamento <sup>(7)</sup>	Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição (Despesa)	Debêntures - despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar debêntures	Saldo a pagar - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
ESA <sup>(1 e 2)</sup>	(48.498)	(8.118)	-	(11.112)	(25.715)	(304.555)	-
ESS <sup>(3)</sup>	-	697	(9.599)	-	64	-	(316)
EMT <sup>(3)</sup>	-	4.841	(2.901)	-	461	-	(144)
MULTI <sup>(4)</sup>	(16.692)	-	-	-	(3.056)	-	-
ESOL <sup>(5)</sup>	(7.034)	-	-	-	(932)	-	-
ETO	-	2.472	-	-	239	-	-
EAC	-	465	-	-	39	-	-
EMR	-	(3.673)	-	-	(407)	-	-
ESE	-	519	-	-	77	-	-
EPB	-	(8.278)	-	-	(864)	-	-
ERO	-	1.187	-	-	83	-	-
ECOM	-	(274)	-	-	(33)	-	-
EGO <sup>(6)</sup>	-	28	(323)	-	3	-	-
EPA I <sup>(6)</sup>	-	35	(302)	-	4	-	-
EPA II <sup>(6)</sup>	-	18	(236)	-	2	-	-
ETT <sup>(6)</sup>	-	5	(461)	-	1	-	-
EAM <sup>(6)</sup>	-	1	(52)	-	-	-	-
EPT <sup>(6)</sup>	-	-	(19)	-	-	-	-
LMTE <sup>(6)</sup>	-	-	(922)	-	-	-	(28)
LXTE <sup>(6)</sup>	-	-	(1.068)	-	-	-	(32)
LTTE <sup>(6)</sup>	-	-	(361)	-	-	-	(10)
EPM <sup>(8)</sup>	-	-	-	(16.404)	-	(266.404)	-
<b>2023</b>	<b>(72.224)</b>	<b>(10.075)</b>	<b>(16.244)</b>	<b>(27.516)</b>	<b>(30.034)</b>	<b>(570.959)</b>	<b>(530)</b>
<b>2022</b>	<b>(69.499)</b>	<b>(14.554)</b>	<b>(11.101)</b>	<b>(14.983)</b>	<b>(23.508)</b>	<b>(97.875)</b>	<b>(598)</b>

<sup>(1)</sup> **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

**Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$132.887, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

<sup>(2)</sup> **Debêntures** - a Companhia efetuou a 9ª, 15ª e 20ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado é de R\$304.555 (R\$97.875 em 2022).

<sup>(3)</sup> **Contratos relacionados ao setor elétrico:** a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

<sup>(4)</sup> Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

<sup>(5)</sup> Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.

<sup>(6)</sup> Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão e com vencimentos em 2025.

<sup>(7)</sup> **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60

meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

(8) **Debêntures** - a Companhia efetuou a 19ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa Participações Minoritárias S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado é de R\$266.404.

## Remuneração dos administradores

	2023	2022
Remuneração Anual <sup>(1)</sup>	6.676	6.663
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	392	317
Remuneração da Diretoria	2.439	2.289
Outros benefícios <sup>(2)</sup>	2.273	1.910

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovado na AGO/E de 27 de abril de 2023.

(2) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2023, foram de R\$74 e R\$3 (R\$68 e R\$3 2022) respectivamente. A remuneração média 2023 foi de R\$22 (R\$21 2022).

## Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 4º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Performance Shares é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de Restricted Shares (Matching) é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa (1)	3º programa (1)	4º programa	5º programa	6º programa Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações (units) outorgadas	15.359	15.151	17.513	26.212	14.366	14.366
Opções de ações (units) prescritas	-	1.941	2.161	3.036	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data de início vesting	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	7,70%	5,26%	7,88%	12,55%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-
Volatilidade <sup>(2)</sup>	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90	R\$48,40	R\$48,40
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

<sup>(1)</sup> Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento de todos os índices requeridos e em 12 maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, cujo montante foi de R\$612 representativo de 13.919 Units, respectivamente, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário;

<sup>(2)</sup> Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício de 2023, foram reconhecidos R\$668 (R\$604 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula ao final 2023, R\$2.825 (R\$2.157 em 2022).

## 12 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
<b>Ativo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	80.611	77.985
Contribuição social sobre o lucro líquido	29.020	28.075
<b>Total</b>	<b>109.631</b>	<b>106.060</b>

	2023	2022
<b>Passivo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(195.783)	(149.491)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(70.482)	(53.817)
<b>Total</b>	<b>(266.265)</b>	<b>(203.308)</b>
<b>Total líquido - (passivo) não circulante</b>	<b>(156.634)</b>	<b>(97.248)</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	115.238	39.181	104.029	35.370
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	48.547	16.506	54.208	18.431
Amortização do ágio	43.063	14.641	53.828	18.302
Ajuste a valor presente	32.271	10.972	24.275	8.254
Marcação a mercado - dívida	31.074	10.566	(18.670)	(6.348)
Provisão ajuste atuarial	28.323	9.630	5.120	1.741
Outras adições temporárias	20.383	6.930	24.046	8.175
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	3.544	1.205	46.433	15.787
Marcação a mercado derivativo	(102.928)	(34.996)	(50.833)	(17.283)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização	(659.494)	(224.228)	(515.659)	(175.324)
Outras exclusões temporárias	(20.708)	(7.041)	(12.801)	(4.353)
<b>Total líquido - (passivo) não circulante</b>	<b>(460.687)</b>	<b>(156.634)</b>	<b>(286.024)</b>	<b>(97.248)</b>

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2024	27.923
2025	28.618
2026	25.782
2027	27.308
<b>Total</b>	<b>109.631</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2023	2022
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	893.512	807.774
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(303.794)	(274.643)
Ajustes:		
Outros Créditos de períodos anteriores não constituídos	1.277	474
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica <sup>(1)</sup>	5.934	13.731
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	(654)	(35)
Outros incentivos fiscais <sup>(2)</sup>	12.769	9.546
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(284.468)</b>	<b>(250.927)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>31,84%</b>	<b>31,06%</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

<sup>(2)</sup> Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

## Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2023, compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

### 13 Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinado pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$154.943 (R\$95.940 em 2022).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Ativo financeiro valor justo	2023	2022
Saldo inicial	2.148.182	1.599.382
Adições no exercício <sup>(1)</sup>	377.208	462.062
Baixas no exercício	(20.638)	(9.202)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	154.943	95.940
<b>Saldo final</b>	<b>2.659.695</b>	<b>2.148.182</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

<sup>(2)</sup> Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

## 14 Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos são incorporados ao custo da construção da infraestrutura, e são apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2022	Adição	Transferências		Saldos em 2023
			Intangível - contrato de concessão <sup>(1)</sup>	Ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	241.933	585.890	(108.815)	(429.299)	289.709
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	26.074	55.756	5.990	(52.091)	35.729
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>215.859</b>	<b>530.134</b>	<b>(114.805)</b>	<b>(377.208)</b>	<b>253.980</b>

	Saldos em 2021	Adição	Transferências			Saldos em 2022
			Intangível - contrato de concessão <sup>(1)</sup>	Ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	Outros <sup>(1)</sup>	
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>						
Em construção	223.035	807.908	(253.740)	(535.306)	36	241.933
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>						
Em construção	15.217	106.400	(22.299)	(73.244)	-	26.074
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>207.818</b>	<b>701.508</b>	<b>(231.441)</b>	<b>(462.062)</b>	<b>36</b>	<b>215.859</b>

<sup>(1)</sup> O montante de R\$114.805 (R\$231.441 em 2022) foi para o intangível contrato de concessão, enquanto o montante de R\$36 em 2022 foi reclassificado para o imobilizado.

<sup>(2)</sup> O montante de R\$377.208 (R\$462.062 em 2022) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

## 15 Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2023
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	2.352	-	1.795	-	-	4.147
Máquinas e Equipamentos	14,12%	52.070	-	4.207	(195)	-	56.082
Veículos	14,29%	146	-	664	-	-	810
Móveis e utensílios	6,25%	7.781	-	172	-	-	7.953
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>62.349</b>	<b>-</b>	<b>6.838</b>	<b>(195)</b>	<b>-</b>	<b>68.992</b>
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(41)	-	-	-	(109)	(150)
Máquinas e Equipamentos		(40.529)	-	-	-	(2.490)	(43.019)
Veículos		(32)	-	-	-	(68)	(100)
Móveis e utensílios		(5.887)	-	-	-	(262)	(6.149)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(46.489)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.929)</b>	<b>(49.418)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>15.860</b>	<b>-</b>	<b>6.838</b>	<b>(195)</b>	<b>(2.929)</b>	<b>19.574</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>2.372</b>	<b>6.482</b>	<b>(6.838)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.016</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>18.232</b>	<b>6.482</b>	<b>-</b>	<b>(195)</b>	<b>(2.929)</b>	<b>21.590</b>

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas	Depreciação	Saldos em 2022
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	876	-	1.476	-	-	2.352
Máquinas e Equipamentos	14,36%	46.290	-	5.787	(7)	-	52.070
Veículos	14,29%	146	-	-	-	-	146
Móveis e utensílios	6,23%	7.597	-	184	-	-	7.781
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>54.909</b>	<b>-</b>	<b>7.447</b>	<b>(7)</b>	<b>-</b>	<b>62.349</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(2)	-	-	-	(39)	(41)
Máquinas e Equipamentos		(38.194)	-	-	2	(2.337)	(40.529)
Veículos		(10)	-	-	-	(22)	(32)
Móveis e utensílios		(5.607)	-	-	-	(280)	(5.887)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(43.813)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>(2.678)</b>	<b>(46.489)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>11.096</b>	<b>-</b>	<b>7.447</b>	<b>(5)</b>	<b>(2.678)</b>	<b>15.860</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>2.120</b>	<b>7.735</b>	<b>(7.483)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.372</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>13.216</b>	<b>7.735</b>	<b>(36)</b>	<b>(5)</b>	<b>(2.678)</b>	<b>18.232</b>

<sup>(1)</sup> O montante de R\$(36) em 2022, refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.

## 16 Intangível

	2023	2022
Intangível - contrato de concessão	681.416	738.738
Intangível - direito de uso	1.499	2.203
Intangível - software	45.492	39.517
<b>Total</b>	<b>728.407</b>	<b>780.458</b>

### 16.1 Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2022	Adição <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 2023
<b>Intangível Em Serviço</b>						
Custo	4,63%	2.961.923	108.815	(43.705)	-	3.027.033
Amortização Acumulada		(2.068.158)	(1.222)	35.290	(199.026)	(2.233.116)
<b>Subtotal</b>		<b>893.765</b>	<b>107.593</b>	<b>(8.415)</b>	<b>(199.026)</b>	<b>793.917</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	4,22%	839.225	(5.990)	-	-	833.235
Amortização Acumulada		(684.198)	(1.222)	-	(35.314)	(720.734)
<b>Subtotal</b>		<b>155.027</b>	<b>(7.212)</b>	<b>-</b>	<b>(35.314)</b>	<b>112.501</b>
<b>Total do Intangível - contrato de concessão</b>		<b>738.738</b>	<b>114.805</b>	<b>(8.415)</b>	<b>(163.712)</b>	<b>681.416</b>

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2022
<b>Intangível Em Serviço</b>						
Custo	4,67%	2.706.311	299.855	(44.243)	-	2.961.923
Amortização Acumulada		(1.888.790)	(46.115)	34.375	(167.628)	(2.068.158)
<b>Subtotal</b>		<b>817.521</b>	<b>253.740</b>	<b>(9.868)</b>	<b>(167.628)</b>	<b>893.765</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	4,28%	816.851	22.374	-	-	839.225
Amortização Acumulada		(643.772)	(75)	-	(40.351)	(684.198)
<b>Subtotal</b>		<b>173.079</b>	<b>22.299</b>	<b>-</b>	<b>(40.351)</b>	<b>155.027</b>
<b>Total do Intangível - contrato de concessão</b>		<b>644.442</b>	<b>231.441</b>	<b>(9.868)</b>	<b>(127.277)</b>	<b>738.738</b>

(1) O montante de R\$114.805 (R\$231.405 em 2022), foi transferido para o ativo contratual - infraestrutura em construção e o montante de R\$36 em 2022, refere-se às reclassificações para o imobilizado.

(2) O montante de R\$8.415 (R\$9.868 em 2022), referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A companhia reconheceu no exercício, crédito de PIS e CONFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$5.812 (R\$4.930 em 2022).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não podendo ser, alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,63% (4,67% em 2022).

### Obrigações vinculadas à concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2023	2022
Contribuições do consumidor (1)	299.418	243.663
Participação da União, Estados e Municípios (2)	809.717	809.717
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	62.753	62.753
(-) Amortização acumulada	(720.734)	(684.198)
<b>Total</b>	<b>451.154</b>	<b>431.935</b>
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	302.924	250.834
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	35.729	26.074
Intangível - contrato de concessão	112.501	155.027
<b>Total</b>	<b>451.154</b>	<b>431.935</b>

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

<sup>(2)</sup> Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos.

## 16.2 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2022	Amortização	Saldos em 2023
<b>Intangível - direito de uso - Imóveis</b>				
Custo	7,12%	9.888	-	9.888
Amortização Acumulada		(7.685)	(704)	(8.389)
<b>Total do Intangível - direito de uso</b>		<b>2.203</b>	<b>(704)</b>	<b>1.499</b>

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
<b>Intangível - direito de uso - Imóveis</b>				
Custo	11,78%	9.888	-	9.888
Amortização Acumulada		(6.520)	(1.165)	(7.685)
<b>Total do Intangível - direito de uso</b>		<b>3.368</b>	<b>(1.165)</b>	<b>2.203</b>

## 16.3 Intangível - software

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2023
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	128.277	-	32.264	-	160.541
Amortização Acumulada		(103.451)	-	-	(13.359)	(116.810)
Em curso		14.691	19.334	(32.264)	-	1.761
<b>Total do Intangível - software</b>		<b>39.517</b>	<b>19.334</b>	<b>-</b>	<b>(13.359)</b>	<b>45.492</b>

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2022
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	113.947	-	14.330	-	128.277
Amortização Acumulada		(92.914)	-	-	(10.537)	(103.451)
Em curso		11.792	17.229	(14.330)	-	14.691
<b>Total do Intangível - software</b>		<b>32.825</b>	<b>17.229</b>	<b>-</b>	<b>(10.537)</b>	<b>39.517</b>

## 17 Fornecedores

	2023	2022
Compra de energia elétrica <sup>(1)</sup>	184.585	164.114
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE <sup>(2)</sup>	12.034	13.572
Encargos do uso da rede elétrica <sup>(1)</sup>	1.622	1.203
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS <sup>(1)</sup>	27.709	23.550
Encargos de Serviço de Sistema - ESS <sup>(3)</sup>	5.560	277
Encargo de conexão <sup>(1)</sup>	7.285	6.352
Materiais, serviços e outros <sup>(4)</sup>	114.491	78.164
<b>Total</b>	<b>353.286</b>	<b>287.232</b>
Circulante	332.455	265.917
Não circulante	20.831	21.315

- (1) **Compra de energia elétrica, operador nacional do sistema elétrico e encargos do uso da rede elétrica** - referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, aos custos de transmissão e ao uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (2) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações foram motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.
- (3) **Encargos de serviço de sistema** - Os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. Em 2023, houve necessidade de acionar térmicas para atender a carga do SIN em função das ondas de calores observadas nos meses de novembro e dezembro enquanto no exercício de 2022 as condições hidrológicas eram favoráveis, assim não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.
- (4) **Materiais e serviços** - referem-se às aquisições de materiais e serviços, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

## 18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
<b>Mensuradas ao custo amortizado</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
Pós Fixado								
INPC	41	7	(50)	(2)	4	-	-	-
IPCA	272.225	-	(23.244)	(12.690)	25.267	-	-	261.558
CDI	990.567	190.000	(312.189)	(141.536)	121.961	-	-	848.803
TR	292.144	-	-	(25.083)	24.546	-	-	291.607
(-) Custos com captação	(3.617)	-	-	-	1.574	(1.372)	-	(3.415)
<b>Total ao custo amortizado</b>	<b>1.551.360</b>	<b>190.007</b>	<b>(335.483)</b>	<b>(179.311)</b>	<b>173.35</b>	<b>(1.372)</b>	<b>-</b>	<b>1.398.553</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar	537.321	214.554	(136.618)	(31.579)	(11.349)	-	-	572.329
Euro	63.023	-	-	(1.151)	(1.313)	-	-	60.559
Marcação a mercado	(423)	-	-	-	-	-	(1.131)	(1.554)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>599.921</b>	<b>214.554</b>	<b>(136.618)</b>	<b>(32.730)</b>	<b>(12.662)</b>	<b>-</b>	<b>(1.131)</b>	<b>631.334</b>
<b>Total</b>	<b>2.151.281</b>	<b>404.561</b>	<b>(472.101)</b>	<b>(212.041)</b>	<b>160.690</b>	<b>(1.372)</b>	<b>(1.131)</b>	<b>2.029.887</b>
Circulante	408.128							366.525
Não circulante	1.743.153							1.663.362

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
<b>Mensuradas ao custo amortizado</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
INPC	547	41	(552)	(5)	10	-	-	41
IPCA	272.556	-	(16.928)	(13.090)	29.687	-	-	272.225
CDI	565.362	400.000	(25.696)	(49.769)	100.670	-	-	990.567
TR	291.785	-	-	(23.927)	24.286	-	-	292.144
(-) Custos com captação	(1.496)	-	-	-	945	(3.066)	-	(3.617)
<b>Total ao custo amortizado</b>	<b>1.128.754</b>	<b>400.041</b>	<b>(43.176)</b>	<b>(86.791)</b>	<b>155.598</b>	<b>(3.066)</b>	<b>-</b>	<b>1.551.360</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar	318.146	300.000	(69.775)	(8.627)	(2.423)	-	-	537.321
Euro	71.635	64.015	(64.034)	(1.168)	(7.425)	-	-	63.023
(-) Custos com captação	(92)	-	-	-	92	-	-	-
Marcação a mercado	(1.508)	-	-	-	-	-	1.085	(423)

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Total ao valor justo	388.181	364.015	(133.809)	(9.795)	(9.756)	-	1.085	599.921
Total	1.516.935	764.056	(176.985)	(96.586)	145.842	(3.066)	1.085	2.151.281
Circulante	203.968							408.128
Não circulante	1.312.967							1.743.153

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) <sup>(1)</sup>	Taxa efetiva de SWAP (% a.a.) <sup>(2)</sup>	Garantias <sup>(3)</sup>	Covenants <sup>(4)</sup>
	2023	2022								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	291.607	292.144	TR + 7.00%	TR + 7.00%	out/34	A partir de nov/29 a.m.	9,39%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	164.392	177.523	CDI + 0.70%	CDI + 0.70%	abr/31	A partir de mai/21 a.m.	13,85%	-	R	NA
Nota Promissória	-	85.912	CDI + 0.95%	CDI + 0.95%	mar/23	Final	14,10%	-	A	1
CCB Safra 001660014	-	80.414	CDI + 1.80%	CDI + 1.80%	jun/23	Final	14,95%	-	A	NA
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A <sup>(4)</sup>	90.686	109.063	IPCA + 1.83% + 3.00%	IPCA + 1.83% + 3.00%	out/27	A partir de abr/22 a.m.	9,45%	-	A + R	2
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B <sup>(4)</sup>	170.872	163.162	IPCA + 1.83% + 3.00%	IPCA + 1.83% + 3.00%	dez/34	A partir de nov/27 a.m.	9,45%	13,17%	A + R	2
Nota Promissória 3ª emissão	68.120	59.234	CDI + 1.75%	CDI + 1.75%	jul/24	Final	14,90%	-	A	2
SANTANDER CCB 1038715	-	159.515	CDI + 1.60%	CDI + 1.60%	jul/23	Final	14,75%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	-	41	INPC + 5.17%	INPC + 5.17%	fev/38	A partir de abr/22 a.m.	8,08%	-	A	NA
1ª Nota comercial 1ª série	212.927	213.909	CDI + 1.40%	CDI + 1.40%	jul/25	Final	14,55%	-	A	2
1ª Nota comercial 2ª série	213.074	214.060	CDI + 1.55%	CDI + 1.55%	jul/26	A partir de jul/25 anual	14,70%	-	A	2
2ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	190.290	-	CDI + 1.80%	CDI + 1.80%	jun/26	Final	14,95%	-	A	2
(-) Custo com captação	(3.415)	(3.617)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>1.398.553</b>	<b>1.551.360</b>								
Loan Citi - 4131 <sup>(5)</sup>	60.559	63.023	EURO + 1.60%	EURO + 1.60%	mar/25	Final	-2,31%	14,75%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 28012021 <sup>(5)</sup>	74.677	80.484	USD + 1.83%	USD + 1.83%	fev/24	Final	-5,38%	14,90%	A	2
Loan Citi - 59382 <sup>(5)</sup>	-	142.827	LIBOR + 1.16%	LIBOR + 1.16%	jul/24	Final	-0,50%	14,90%	A	2
Loan Citi - 59382 <sup>(5)</sup>	152.729	163.638	SOFR + 1.00%	SOFR + 1.00%	mar/24	Final	-0,66%	14,55%	A	2
Scotiabank Loan 4131 10122022 <sup>(5)</sup>	139.524	150.372	USD + 4,48%	USD + 4,48%	dez/25	Final	-2,73%	14,60%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24032023 <sup>(5)</sup>	64.226	-	USD + 5,03%	USD + 5,03%	mar/25	Final	-2,18%	14,70%	A	2
Citibank - Loan Trade 64331 <sup>(5)</sup>	141.173	-	SOFR + 0,84%	SOFR + 0,84%	set/25	Final	-0,82%	14,80%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(6)</sup>	(1.554)	(423)								
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>631.334</b>	<b>599.921</b>								
<b>Total</b>	<b>2.029.887</b>	<b>2.151.281</b>								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 30. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento da demonstração do fluxo de caixa;

- (2) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 30.
- (3) A=Aval Energisa S/A e R= Recebíveis.
- (4) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	<sup>(1)</sup> Menor ou igual a 4,0x até o vencimento, para operações contratadas até 2019	Trimestral e Anual
	<sup>(2)</sup> Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 30). Em 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (5) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos); e
- (6) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 30).

## Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$24.068 (R\$23.492 em 2022), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo, conforme nota explicativa nº 4.2.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2023	2022
US\$ x R\$	-7,21%	-6,50%
CDI	13,15%	12,39%
IPCA	4,62%	5,78%
LIBOR	5,55%	2,40%
TR	2,39%	1,63%
Euro x R\$	-3,91%	-11,89%
SOFR	5,55%	1,90%
INPC	3,71%	5,93%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	936.759
2026	146.775
2027	46.949
2028	46.979
Após 2028	485.900
<b>Total</b>	<b>1.663.362</b>

## 19 Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
<b>Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado</b>								
CDI	415.564	450.000	(46.490)	(71.748)	94.385	-	-	841.711
IPCA	646.415	200.000	(67.900)	(35.702)	65.907	-	-	808.720
(-) Custo com captação	(12.927)	-	-	-	2.456	(6.822)	-	(17.293)
Marcação a mercado	(18.247)	-	-	-	-	-	50.875	32.628
<b>Total do custo amortizado</b>	<b>1.030.805</b>	<b>650.000</b>	<b>(114.390)</b>	<b>(107.450)</b>	<b>162.748</b>	<b>(6.822)</b>	<b>50.875</b>	<b>1.665.766</b>
Circulante	132.028							273.031
Não circulante	898.777							1.392.735

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
<b>Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado</b>								
CDI	420.729	150.000	(162.603)	(48.007)	55.445	-	-	415.564
IPCA	625.201	-	(14.073)	(34.046)	69.333	-	-	646.415
(-) Custos com captação	(14.424)	-	-	-	2.140	(643)	-	(12.927)
Marcação a mercado	9.148	-	-	-	-	-	(27.395)	(18.247)
<b>Total do custo amortizado</b>	<b>1.040.654</b>	<b>150.000</b>	<b>(176.676)</b>	<b>(82.053)</b>	<b>126.918</b>	<b>(643)</b>	<b>(27.395)</b>	<b>1.030.805</b>
Circulante	189.591							132.028
Não circulante	851.063							898.777

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) <sup>(1)</sup>	Garantias <sup>(2)</sup>	Covenants <sup>(3)</sup>
	2023	2022										
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.802	2.680	15/10/2017	2006 / 2006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	out/24	Final	9,33%	13,36%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	5.221	4.992	15/10/2017	3733 / 3733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,73%	13,61%	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão	138.990	199.370	15/09/2018	155000 / 155000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,70%	13,64%	A	1
Debêntures 12ª Emissão	110.675	110.829	10/06/2019	110000 / 110000	CDI + 0,73%	-	jun/24	Final	13,88%	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	97.486	146.919	25/08/2020	139471 / 139471	CDI + 2,30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	15,45%	-	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	10.797	10.327	11/10/2020	8590 / 8590	IPCA + 4,23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	SG	NA

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) <sup>(1)</sup>	Garantias <sup>(2)</sup>	Covenants <sup>(3)</sup>
	2023	2022										
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	83.516	79.876	11/10/2020	66410 / 66410	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out/30	Anual a partir de out/28	9,09%	14,95%	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão	365.175	349.170	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,85%	out/31	Anual a partir de out/29	10,71%	14,00%	A	2
Debêntures 17ª Emissão	157.165	157.816	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de out/26	14,75%	-	A	2
Debêntures 18ª Emissão	209.981	-	15/02/2023	200.000 / 200.000	CDI + 1.40%	-	fev/25	Final	14,55%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão	266.404	-	04/07/2023	250.000 / 250.000	CDI + 1.60%	-	jul/26	Final	14,75%	-	A	2
Debêntures 20ª Emissão 1ª Série	27.867	-	13/09/2023	27.569 / 27.569	IPCA + 6.17%	-	set/30	Final	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 20ª Emissão 2ª Série	174.352	-	13/09/2023	172.431 / 172.431	IPCA + 6.45%	-	set/33	Final	11,07%	-	SG	NA
(-) Custos de captação	(17.293)	(12.927)										
Marcação à Mercado de Dívida	32.628	(18.247)										
<b>Total</b>	<b>1.665.766</b>	<b>1.030.805</b>										

(1) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 30.

(2) A=Aval Energisa S/A e SG=Sem Garantia.

(3) Condições de covenants.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	(1) Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento, para emissões até 2019 (2) Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento, para as demais emissões	Trimestral e Anual

(\*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 07 de julho de 2023 a Companhia efetuou a 19ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de 250.000 títulos com vencimento em 04 de julho de 2026 e remuneração de CDI mais 1,60% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 11 de julho de 2023 e serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Em 15 de fevereiro de 2023 a Companhia efetuou a 18ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$200.000 com vencimento em 15 de fevereiro de 2027 com remuneração de CDI mais 1,40% Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Em 13 de setembro de 2023 a Companhia efetuou a 8ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$200.000, sendo para a 1ª Série R\$27.569 com vencimento em 13 de setembro de 2030 e remuneração de IPCA mais 6,17% ao ano, para a 2ª Série R\$172.431 com vencimento em 13 de setembro de 2033 e remuneração de IPCA mais 6,45% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 16 de novembro de 2022 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A.

## Vencimentos

Em 2023, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	314.886
2026	322.957
2027	89.097
2028	25.686
Após 2028	640.109
<b>Total</b>	<b>1.392.735</b>

## 20 Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS <sup>(1)</sup>	111.202	76.507
Encargos sociais	12.244	13.213
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	35.169	10.664
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	12.515	4.081
Contribuição ao PIS e a COFINS	27.123	26.281
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	5.720	4.956
Imposto sobre serviços - ISS	3.617	3.895
Outros	23	23
<b>Total</b>	<b>207.613</b>	<b>139.620</b>
Circulante	152.588	95.309
Não circulante	55.025	44.311

<sup>(1)</sup> Inclui R\$38.829 (R\$28.335 em 2022), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares, em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (nota explicativa nº 6).

## 21 Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente o a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

Em 11 de março de 2022 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região decisão favorável ao processo da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu em 2021 o montante de R\$516.106, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima referidos, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A Aneel poderá determinar a antecipação da destinação do crédito (no processo tarifário) ao requerimento à RFB, desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado e seja a distribuidora de energia elétrica restituída da remuneração referente ao valor antecipado.

A remuneração da antecipação será definida pela Aneel mediante revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor da nova Lei e aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022. O resumo dos impactos são como segue:

	2023	2022
Saldos em 2022 e 2021	450.999	525.926
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	30.993	44.595
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(1.509)	(2.079)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores <sup>(1)</sup>	(244.883)	(117.443)
<b>Saldo em 2023 e 2022</b>	<b>235.600</b>	<b>450.999</b>
Total Circulante	69.449	-
Total Não Circulante	166.151	450.999

<sup>(1)</sup> Vide nota explicativa nº 9.

## 22 Encargos setoriais e incorporação de redes

### 22.1 Encargos setoriais

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.527	9.828
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT <sup>(1 e 2)</sup>	-	906
Ministério de Minas e Energia - MME <sup>(1 e 2)</sup>	-	453
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL <sup>(1)</sup>	6.117	3.440
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D <sup>(1)</sup>	25.175	20.812
Programa de Eficiência Energética - PEE <sup>(1)</sup>	20.541	13.388
<b>Total</b>	<b>70.360</b>	<b>48.827</b>
Circulante	54.493	34.363
Não circulante	15.867	14.464

(1) O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa Outros créditos - ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

(2) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

## 22.2 Incorporação de redes

Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2023	2022
Saldo inicial - circulante	44.504	8.236
Adição	7.765	33.684
Atualização monetária e juros	1.892	6.806
Pagamentos	(44.313)	(4.222)
Saldo final - circulante	9.848	44.504

## 23 Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

### 23.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatória	2023	2022
Saldos iniciais- não circulante	15.441	34.228	501	4.038	54.208	82.702
Constituições de provisões	6.571	23.769	-	-	30.340	55.446
Reversões de provisões	(2.803)	(10.334)	(9)	(3.313)	(16.459)	(40.395)
Pagamentos realizados	(5.957)	(14.074)	-	-	(20.031)	(41.383)
Atualização monetária	944	207	63	(725)	489	(2.162)
<b>Saldos finais- não circulante</b>	<b>14.196</b>	<b>33.796</b>	<b>555</b>	<b>-</b>	<b>48.547</b>	<b>54.208</b>

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$58.945 (R\$55.278 em 2022), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

### Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais (reintegração, plano de saúde, sobreaviso, doença ocupacional) propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

### Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa e (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento e (viii) ações de regresso.

### Fiscal

Ação de natureza tributária envolve discussões sobre questões previdenciárias.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

## 23.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatória	Ambiental	2023	2022
Saldos iniciais	11.736	345.413	44.128	2.063	-	403.340	385.313
Novos processos	-	16	11.823	-	443	12.282	3.034
Mudança de prognósticos e valor pedido	(5.567)	11.826	(14.755)	-	1	(8.495)	8.925
Encerramento de processos	(1.752)	(9.492)	-	-	-	(11.244)	(17.542)
Atualização monetária	1.069	13.871	4.095	273	1	19.309	23.610
<b>Saldos finais</b>	<b>5.486</b>	<b>361.634</b>	<b>45.291</b>	<b>2.336</b>	<b>445</b>	<b>415.192</b>	<b>403.340</b>

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

## Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

## Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

### Principais processos

Nº Processo/Ação	Tipo da ação	Objeto	2023	2022
Ação cível coletiva 00651268720144013800	Ação Coletiva	Por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder concedente.	223.409	214.715
Ação cível pública 00081923720034036000	Ação Pública	Por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação do reajuste tarifário autorizado pela resolução homologatória e 2003.	78.973	75.900

## Fiscal

Ações de natureza fiscal e tributária envolvendo discussões sobre: (i) o creditamento do PIS e da COFINS em razão do tratamento contábil e fiscal utilizado pela empresa em atendimento à revisão tarifária imposta pela ANEEL; e (ii) diferença no recolhimento da Contribuição Previdenciária.

### Principal processo

Nº Processo/Ação	Tipo da ação	Objeto	2023	2022
Ação Ordinária 5009015- 61.2019.4.03.6000	Ação fiscal	Discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.	94.323	83.307

## Ambiental

Discussões sobre suposto descumprimento de preceitos ambientais.

## 24 Patrimônio líquido

### 24.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$616.732 (R\$616.732 em 2022) e está representado por 647.015 (647.015 em 2022) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

### 24.2 Reserva de capital

	2023	2022
Reserva especial de ágio <sup>(1)</sup>	116.944	116.944
Remuneração das imobilizações em curso	1.650	1.650
Programa de remuneração variável (ILP) <sup>(2)</sup>	2.825	2.157
<b>Total</b>	<b>121.419</b>	<b>120.751</b>

<sup>(1)</sup> Constituída pela incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S/A, representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99.

<sup>(2)</sup> Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (nota explicativa nº 11).

### 24.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### 24.4 Reservas de lucros - retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$167.805 foi destinado para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

### 24.5 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	609.044	556.847
Absorção de prejuízos	-	(7.192)
Reserva legal (5%) (nota explicativa 24.3)	(30.452)	(27.483)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>578.592</b>	<b>522.172</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	<b>144.648</b>	<b>130.543</b>
. Valores pagos em 24 de agosto de 2023 - R\$93,885625866 (Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$285,44727592096) por ação ordinária <sup>(1)</sup>	60.746	184.689
. Valores pagos em 23 de novembro de 2023 - R\$281,65687763 (Valores pagos em 25 de novembro de 2022 - R\$221,0700000000) por ação ordinária <sup>(1)</sup>	182.236	143.035
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$259,35716309514 (R\$300,528167567045 em 2022) por ação ordinária <sup>(2)</sup>	167.805	194.448
<b>Total dos dividendos</b>	<b>410.787</b>	<b>522.172</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	71%	100%

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 10 de agosto e 9 de novembro de 2023, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2023, respectivamente.

(2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

## 24.6 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2023	2022
<b>Saldo em 2022 e 2021</b>	<b>4.849</b>	<b>(8.348)</b>
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	(23.170)	19.995
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	7.878	(6.798)
<b>Saldo final - 2023 e 2022</b>	<b>(10.443)</b>	<b>4.849</b>

## 25 Receita operacional

	2023			2022		
	Nº de consumidores <sup>(1)</sup>	MWh <sup>(1)</sup>	R\$	Nº de consumidores <sup>(1)</sup>	MWh <sup>(1)</sup>	R\$
Residencial	947.627	2.104.190	2.175.849	925.231	2.004.667	1.902.291
Industrial	6.619	226.084	254.052	6.846	237.261	229.990
Comercial	81.444	786.743	861.528	80.855	854.113	864.099
Rural	80.003	515.277	524.093	78.542	554.178	507.344
Poder público	9.210	262.790	262.511	8.939	233.863	226.773
Iluminação pública	3.080	207.683	124.361	2.974	207.403	121.185
Serviço público	1.465	117.287	105.267	1.441	129.906	110.389
Consumo próprio	223	7.553	-	234	7.397	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.129.671</b>	<b>4.227.607</b>	<b>4.307.661</b>	<b>1.105.062</b>	<b>4.228.788</b>	<b>3.962.071</b>
Suprimento de energia a concessionárias	-	435.422	33.036	-	945.106	56.468
Fornecimento não faturado líquido	-	31.081	59.612	-	(10.180)	10.066
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	501	-	534.915	396	-	448.999
Receita de construção da infraestrutura <sup>(2)</sup>	-	-	535.845	-	-	658.185
Penalidades regulatórias	-	-	(26.034)	-	-	(20.362)
Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	154.943	-	-	95.940
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	135.353	-	-	266.046
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	278.202	-	-	253.219
Outras receitas operacionais	-	-	61.528	-	-	66.224
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>1.130.172</b>	<b>4.694.110</b>	<b>6.075.061</b>	<b>1.105.458</b>	<b>5.163.714</b>	<b>5.796.856</b>
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	875.958	-	-	723.790
PIS	-	-	72.620	-	-	71.062
COFINS	-	-	334.492	-	-	327.316

ISS	-	-	98	-	-	93
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	13.670	-	-	13.146
Encargos de consumidor - PROCEL	-	-	3.417	-	-	3.286
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	609.965	-	-	556.118
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	6.835	-	-	6.573
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	6.835	-	-	6.573
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	3.417	-	-	3.286
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	7.187	-	-	7.199
<b>Total - deduções receita operacional</b>	-	-	<b>1.934.494</b>	-	-	<b>1.718.442</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>1.130.172</b>	<b>4.694.110</b>	<b>4.140.567</b>	<b>1.105.458</b>	<b>5.163.714</b>	<b>4.078.414</b>

<sup>(1)</sup> Informação não examinada pelos auditores independentes.

<sup>(2)</sup> Receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

## 26 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do Serviço			Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros		2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	1.290.510	-	-	-	1.290.510	1.378.970
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	391.621	-	-	-	391.621	331.040
Pessoal e administradores	-	99.668	1	48.084	147.753	158.121
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	668	668	604
Benefícios pós emprego	-	(2.912)	-	1.370	(1.542)	4.230
Material	-	19.819	87	16.343	36.249	31.800
Serviços de terceiros	-	135.713	(277)	108.327	243.763	195.439
Depreciação e amortização	-	157.712	-	17.180	174.892	136.727
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	-	43.398	-	-	43.398	66.063
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	-	-	13.881	13.881	15.356
Custo de construção da infraestrutura	-	-	535.845	-	535.845	658.185
Outros	-	5.430	-	22.682	28.112	27.841
<b>Total</b>	<b>1.682.131</b>	<b>458.828</b>	<b>535.656</b>	<b>228.535</b>	<b>2.905.150</b>	<b>3.004.376</b>

### Energia elétrica comprada para revenda

	MWH <sup>(2)</sup>		Valores em R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022
Energia de Itaipú - Binacional	937.148	937.631	203.447	276.963
Energia de Leilão	2.982.162	3.181.249	732.663	737.786
Energia Bilateral	189.179	189.225	63.008	59.191
Cotas de Angra	181.268	175.108	62.015	60.063
Energia de curto prazo - CCEE <sup>(1)</sup>	26.608	16.136	19.669	63.541
Cotas Garantia Física	1.059.209	1.314.869	170.084	176.726
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	101.111	103.338	64.813	73.154
Energia de reserva - ERR	-	-	104.117	71.512
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(129.306)	(139.966)
<b>Total</b>	<b>5.476.685</b>	<b>5.917.556</b>	<b>1.290.510</b>	<b>1.378.970</b>

(1) Inclui, demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.

(2) Não examinado pelos auditores independentes.

## 27 Outros resultados

	2023	2022
Outras receitas		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	9.445	6.068
Outras	-	742
	<b>9.445</b>	<b>6.810</b>
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(47.439)	(26.522)
Outras	(11.091)	(5.961)
	<b>(58.530)</b>	<b>(32.483)</b>
Total	<b>(49.085)</b>	<b>(25.673)</b>

## 28 Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	48.253	43.967
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	59.086	58.314
Juros ativos	-	358
Juros Selic s/impostos a recuperar	17.425	483
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	22.777	27.473
Variação cambial Energia Itaipu	-	6.603
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	32.451	44.843
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(9.075)	(8.522)
Outras	15.229	1.316
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>186.146</b>	<b>174.835</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas - juros	(328.106)	(244.893)
Encargos de dívidas - Variação monetária e cambial	4.668	(27.867)
Transferência para ordens em curso	4.396	4.779
Marcação a mercado da dívida	(49.744)	26.310
Marcação a mercado de derivativos	69.434	(32.180)
Instrumentos financeiros derivativos	(116.412)	(72.243)
Ajuste a valor presente	(7.989)	(2.805)
Atualização PEE e P&D	(1.884)	(1.863)
Despesas com IOF	(2.872)	(4)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(6.109)	(11.211)
Juros e atualização monetária de incorporação de redes	(1.892)	(6.806)
Juros e Multas	(1.404)	(547)
Benefício pós-emprego - Plano de saúde	(524)	(2.235)
Atualização monetária de provisão para riscos	(489)	2.162
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(30.993)	(44.595)
Outras	(9.046)	(1.428)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(478.966)</b>	<b>(415.426)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(292.820)</b>	<b>(240.591)</b>

## 29 Lucro por ação

Cálculo de lucro por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2023	2022
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício	609.044	556.847
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	647	647
<b>Lucro líquido e diluído básico por ação ordinária <sup>(1)</sup></b>	<b>941,34</b>	<b>860,66</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o Ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no exercício foram de R\$154.943 (R\$95.940 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		84.088	84.088	111.683	111.683
Consumidores e concessionárias		894.872	894.872	739.147	739.147
Ativos financeiros setoriais		174.851	174.851	314.274	314.274
		<b>1.153.811</b>	<b>1.153.811</b>	<b>1.165.104</b>	<b>1.165.104</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	539.574	539.574	327.270	327.270
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	2.659.695	2.659.695	2.148.182	2.148.182
Instrumentos financeiros derivativos	2	167.386	167.386	139.312	139.312
		<b>3.366.655</b>	<b>3.366.655</b>	<b>2.614.764</b>	<b>2.614.764</b>

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Fornecedores		353.286	353.286	287.232	287.232
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		3.695.653	3.699.833	3.182.086	3.188.074
Arrendamentos operacionais		1.802	1.802	2.518	2.518
Passivos financeiros setoriais		111.179	111.179	166.889	166.889
		<b>4.161.920</b>	<b>4.166.100</b>	<b>3.638.725</b>	<b>3.644.713</b>
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	64.458	64.458	88.479	88.479
		<b>64.458</b>	<b>64.458</b>	<b>88.479</b>	<b>88.479</b>

## Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

## Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*". Em 31 de dezembro de 2023 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado no exercício em R\$50.875 devedor (R\$27.395 em 2022) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

## Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("*Fair Value Option*") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 2023, o valor contábil das dívidas designadas como “*Fair Value Option*” foi impactado em R\$1.131 (R\$1.085 em 2022) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

## Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

## Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

## Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2023	2022
Dívida <sup>(1)</sup>	3.695.653	3.182.086
Caixa e equivalentes de caixa	(84.088)	(111.683)
Dívida líquida	3.611.565	3.070.403
Patrimônio líquido	1.121.255	964.263
Índice de endividamento líquido	3,22	3,18

<sup>(1)</sup> A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

### a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		332.455	-	-	-	20.831	353.286
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,83%	494.668	329.064	2.141.404	404.075	1.742.296	5.111.507
Instrumentos Financeiros Derivativos		30.082	1.301	(39.331)	8.859	(103.839)	(102.928)
<b>Total</b>		<b>857.205</b>	<b>330.365</b>	<b>2.102.073</b>	<b>412.934</b>	<b>1.659.288</b>	<b>5.361.865</b>

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

#### a) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	84.088	111.683
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	539.574	327.270
Consumidores e concessionárias	6	894.872	739.147
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	2.659.695	2.148.182
Ativos financeiros setoriais	9	174.851	314.274
Instrumentos financeiros derivativos	30	167.386	139.312

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

Para os contratos suscetíveis a variações ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com queda de 7,21% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a R\$ 4,8413 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2023 era de 9,87%, enquanto 2022 foi de 16,00%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com queda de 3,91% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a R\$ 5,3516/Euro. A volatilidade do Euro era de 7,76% em 31 de dezembro de 2023.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2023, excluídos os efeitos dos custos com captação, de R\$3.716.361 (R\$3.198.630 em 2022), R\$631.334 (R\$599.921 em 2022) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 18 e nº 19.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº 18.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2023	2022
Ativo circulante	27.600	5.214
Ativo não circulante	139.786	134.098
<b>Total do ativo</b>	<b>167.386</b>	<b>139.312</b>
Passivo circulante	58.983	88.479
Passivo não circulante	5.475	-
<b>Total do passivo</b>	<b>64.458</b>	<b>88.479</b>

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 31 de dezembro de 2023, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar e ao euro, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 - Bank of America	15.372	USD + 2,1529%	CDI +1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
- Resolução 4131 - Merrill Lynch	11.310	EUR + 1,8788%	CDI +1,60%	21/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	30.928	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
- Resolução 4131 - Scotiabank	28.744	USD + 5,265%	CDI + 1,45%	15/12/2025	Fair Value Option
- Resolução 4131 - Bank of America	13.258	USD 5,9176%	CDI + 1,55%	27/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	28.624	(SOFR + 0,84%) x 117,647%	CDI + 1,65%	29/09/2025	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
J.P. Morgan x EMS	2.006	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMS	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x EMS	103.333	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMS	69.586	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Não Designada
Bank of America x EMS	9.163	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
Itaú x EMS	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan x EMS	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value option”, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida designada para “Fair Value Option”	662.767	588.213	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(631.199)	(599.812)
Swap Cambial	662.767	588.213	<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	631.199	599.812
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(675.292)	(600.815)
			Posição Líquida Swap	(44.093)	(1.003)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(675.292)	(600.815)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como *hedge* de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida (Objeto de Hedge) <sup>(1)</sup>	656.323	707.989	Taxa Pré-Fixada	(546.437)	(538.711)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) <sup>(1)</sup>	656.323	707.989	<b>Posição Ativa</b>		
			Taxa Pré-Fixada	820.862	781.699
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(673.841)	(729.863)
			Posição Líquida Swap	147.021	51.836
			Posição Líquida Dívida + Swap	(399.416)	(486.875)

<sup>(1)</sup> Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados

apresentados como Valor Justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

## Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras).

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) <sup>(1)</sup>	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(662.767)		(653.550)	(809.045)	(964.541)
Variação Dívida			9.217	(146.278)	(301.774)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos	631.199	Alta Câmbio	621.982	777.477	932.973
Variação			(9.217)	146.278	301.774
<b>Posição Passiv</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(675.292)		(675.292)	(675.292)	(675.292)
Variação - Taxa de Juros CDI			0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>(44.093)</b>		<b>(53.310)</b>	<b>102.185</b>	<b>257.681</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(706.860)</b>		<b>(706.860)</b>	<b>(706.860)</b>	<b>(706.860)</b>

<sup>(1)</sup> O cenário provável é calculado a partir da expectativa do Dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de Dólar r é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar e euro spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2023, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$706.860 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) <sup>(1)</sup>	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(656.323)		(656.323)	(656.323)	(656.323)
Varição Dívida			-	-	-
<b>Swap de Juros</b>					
<b>Posição Ativa</b>		Alta do CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	820.862		820.862	820.862	820.862
Varição - Taxa de Juros			-	-	-
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(673.841)		(673.841)	(722.601)	(770.758)
Varição - CDI + TJLP			-	(48.760)	(96.917)
<b>Subtotal</b>	<b>147.021</b>		<b>147.021</b>	<b>98.261</b>	<b>50.104</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(509.302)</b>		<b>(509.302)</b>	<b>(558.062)</b>	<b>(606.219)</b>

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) <sup>(1)</sup>	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	539.573	Alta do CDI	48.562	60.703	72.843
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(675.292)	Alta do CDI	(60.776)	(75.970)	(91.164)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.690.514)	Alta do CDI	(152.146)	(190.183)	(228.219)
	(1.102.906)	Alta do IPCA	(50.954)	(63.693)	(76.431)
	(291.607)	Alta do TR	(6.969)	(8.711)	(10.454)
<b>Subtotal <sup>(2)</sup></b>	<b>(3.760.319)</b>		<b>(270.845)</b>	<b>(338.557)</b>	<b>(406.268)</b>
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(3.220.746)</b>		<b>(222.283)</b>	<b>(277.854)</b>	<b>(333.425)</b>

<sup>(1)</sup> Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano em 31 de dezembro de 2023), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023, IPCA 4,62% ao ano e TR 2,39% ao ano.

<sup>(2)</sup> Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$43.958.

## 31 Benefícios pós-emprego

### 31.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33(R1).

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2023 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Elétricas OP	CV	Fechado	01/01/1999	<ul style="list-style-type: none"><li>• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários;</li><li>• Pecúlio por Invalidez ou Morte.</li></ul>
Plano I	BD	Fechado	18/07/1989	<ul style="list-style-type: none"><li>• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;</li><li>• Complementação de aposentadoria especial;</li><li>• Complementação de aposentadoria por idade;</li><li>• Complementação de aposentadoria por invalidez;</li><li>• Complementação de pensão por morte; e</li><li>• Complementação de abono anual.</li></ul>
Plano II	CV	Fechado	01/05/2002	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aposentadoria normal ou antecipada;</li><li>• Aposentadoria por invalidez;</li><li>• Pensão por morte de ativo; e</li><li>• Pensão por morte de aposentado.</li></ul>
Plano Risco	BD	Fechado	01/08/1986	<ul style="list-style-type: none"><li>• Suplementação da aposentadoria por invalidez;</li><li>• Suplementação do auxílio-doença;</li><li>• Abono Anual;</li><li>• Suplementação da pensão por morte; e</li><li>• Pecúlio por morte.</li></ul>
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aposentadoria;</li><li>• Benefício por invalidez;</li><li>• Pensão por morte.</li></ul>

O custeio do plano Risco é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$4.515 (R\$4.134 em 2022), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Em 2023 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$6.156, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

#### Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	2023		2022	
Ativos	1.134		1.089	
Autopatrocínados	5		7	
Benefício Proporcional Diferido - BPD	24		23	
Assistidos	257		256	
<b>Total</b>	<b>1.420</b>		<b>1.375</b>	

### Migração entre planos

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos patrocinados pela Companhia para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração ocorreu em quatro tranches, dezembro de 2020, julho de 2021, novembro de 2021 e julho de 2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Plano	ACUMULADO	
	ATIVO	ASSISTIDO
Plano I	100%	56%
Plano II	98%	64%
Elétricas OP + R	98%	0%

### Retirada de patrocínio

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Plano R, Plano I, Plano II, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migrações concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

Em 18 de janeiro de 2024 a PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar comunicou a EnergisaPrev quanto ao arquivamento da solicitação de retirada de patrocínio, baseada na publicação e entrada em vigor da nova resolução que dispõe sobre a retirada de patrocínio “Resolução CNPC/MPS nº 59, de 13 de dezembro de 2023”, e orientou a entidade aguardar a edição do normativo que regulamentará a referida resolução para a proposição de novo pedido de retirada de patrocínio.

#### 31.1.1 Situação Financeira dos planos de benefícios definidos - Avaliação Atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2023, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

##### a. Número participantes/beneficiários:

	2023			2022		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Número Participantes	-	20	1	-	20	2
Número Assistidos	119	46	-	124	46	-

## b. Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2023			2022		
	Plano I	Plano II	Plano R	Plano I	Plano II	Plano R
<b>I - Tábuas Biométricas</b>						
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo					
Composição Familiar (Ativos)	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Não Aplicável	Família Real	Família Real	Não Aplicável
<b>II - Variáveis Econômicas</b>						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,75% a.a	5,75% a.a	5,75% a.a	6,26% a.a	6,26% a.a	6,26% a.a
Expectativa de Inflação Futura	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	5,00% a.a	5,00% a.a	5,00% a.a
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	9,98% a.a	9,98% a.a	9,98% a.a	11,57% a.a	11,57% a.a	11,57% a.a
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não Aplicável	2,19%	2,19%	0,00%	8,02% a.a	8,02% a.a
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>III - Regime Financeiro de Capitalização</b>						
	Crédito Unitário Projetado					

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

## c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2023				2022			
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	52.462	32.002	1	84.465	63.816	30.676	1	94.493
Ganhos/(Perdas) dos ativos	838	5.247	(52)	6.032	(3.030)	1.619	(1)	(1.412)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.746	3.594	-	9.341	6.171	2.998	-	9.169
Contribuições do empregador	-	-	52	52	-	5	1	6
Contribuições dos participantes do plano	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(5.825)	(2.050)	-	(7.875)	(4.592)	(2.414)	-	(7.006)
Custo do serviço passado (encurtamento)	-	-	-	-	(9.903)	(882)	-	(10.785)
<b>Valor justo dos ativos em 2023 e 2022</b>	<b>53.221</b>	<b>38.793</b>	<b>1</b>	<b>92.015</b>	<b>52.462</b>	<b>32.002</b>	<b>1</b>	<b>84.465</b>

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2023				2022			
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	43.855	27.160	1	71.016	55.828	29.106	1	84.935
Custo do serviço corrente	-	1	-	1	-	6	-	6
Custo dos juros	4.750	3.034	1	7.785	5.368	2.840	-	8.208
Contribuições de participantes	-	-	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/Perdas atuariais	(3.661)	700	(1)	(2.962)	(4.345)	(1.901)	-	(6.246)
Benefícios pagos	(5.825)	(2.050)	-	(7.875)	(4.592)	(2.414)	-	(7.006)
Custo do serviço passado (encurtamento)	-	-	-	-	(8.404)	(477)	-	(8.881)
<b>Valor presente das obrigações em 2023 e 2022</b>	<b>39.119</b>	<b>28.845</b>	<b>1</b>	<b>67.965</b>	<b>43.855</b>	<b>27.160</b>	<b>1</b>	<b>71.016</b>

Posição Líquida dos planos	2023				2022			
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor justo dos ativos	53.221	38.793	1	92.015	52.462	32.002	1	84.465
Valor presente das obrigações	(39.119)	(28.845)	(1)	(67.965)	(43.855)	(27.160)	(1)	(71.016)
Posição Líquida	14.102	9.948	-	24.050	8.607	4.842	-	13.449
Limite do Ativo	(14.102)	(9.948)	-	(24.050)	(8.607)	(4.842)	-	(13.449)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	-	-	-	-	-	-	-	-

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras

	2022
Posição líquida em 2021	-
Efeito em ORA	1
Contribuição do empregador	(1)
Efeito no resultado do exercício	-
<b>Posição líquida em 2022</b>	<b>-</b>

#### d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2023			2022		
	Plano I	Plano II	R	Plano I	Plano II	R
Investimentos:						
Títulos públicos	98,35%	72,00%	67,81%	96,18%	70,39%	67,48%
Créditos privados e depósitos	0,00%	5,00%	1,55%	0,00%	17,90%	2,47%
Fundos de investimento	1,45%	23,00%	29,64%	3,38%	11,04%	28,72%
Empréstimos e financiamentos	0,20%	0,00%	1,00%	0,44%	0,67%	1,33%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

#### e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2023			2022		
	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,50%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,50%	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
Plano I	41.955	44.053	40.008	40.470	27.160	1.746
Plano II	31.102	31.865	30.367	41.457	27.808	1.782
R	1	1	1	39.519	26.535	1.718

### 31.2 Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- **Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.
- **Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). Em 2023 as despesas com o plano de saúde foram de R\$27.055 (R\$19.458 em 2022). Inclui R\$99 (R\$87 em 2022) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2023	2022
Valor presente das obrigações no início do exercício	4.526	22.240
Custo do serviço corrente	99	87
Custos sobre juros	524	2.235
Ganho/Perdas atuariais - ORA	23.167	(20.036)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	<b>28.316</b>	<b>4.526</b>
Circulante	3.222	623
Não circulante	25.094	3.903

Demonstração das despesas para os exercícios de 2024, segundo critérios do CPC 33 (R1):

	2024
Custo do serviço corrente	396
Custos dos juros	2.826
Total de despesa a ser reconhecida	<b>3.222</b>

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

#### a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2023		2022	
	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA
<b>VARIÁVEIS ECONÔMICAS</b>				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	5,75%	6,26%	6,26%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	9,98%	11,57%	11,57%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	5,00%	5,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	5,00%	5,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	10,00%	10,00%	10,00%	9,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
<b>TÁBUAS BIOMÉTRICAS</b>				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

## 32 Meio ambiente (\*)

O Grupo Energisa adota como prioridade a conservação do Meio Ambiente. Em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, o compromisso permanente é manter a convivência harmoniosa com os recursos naturais, pensando no desenvolvimento do país e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis ambientalmente.

Para uma gestão sustentável, a EMS desenvolve, prioritariamente, três Programas Ambientais:

- Programa de Licenciamento Ambiental, voltado para gestão de licenciamento de nossos empreendimentos;
- Programa de Arborização Urbana, em atendimento aos Convênios firmados com o município de Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul;
- Programa de Educação Ambiental, em atendimento às condicionantes das licenças operacionais de linhas e

subestações.

A Companhia prima pelo bom relacionamento com os órgãos licenciadores. Todos os empreendimentos novos ou em operação, são licenciados de acordo com a legislação local, atendendo a todos os estudos exigidos como RAS, PTA, EIA RIMA dentre outros, de acordo com a localização geográfica dos empreendimentos.

Durante os temporais que atingiram Mato Grosso do Sul em outubro de 2021, quase 80% dos casos de interrupção do fornecimento de energia foram causados por árvores que caíram em cima da fiação elétrica. A intenção, agora, é evitar que casos semelhantes ocorram novamente.

Apesar da responsabilidade pela poda das árvores ser das administrações municipais, a Energisa tem focado na prevenção e, por isso, auxiliado na execução do serviço em árvores com eventuais impactos de proximidades das redes elétricas e tem buscado parceria das prefeituras, para agilizar a poda de árvores e, com isso minimizar os riscos de interrupção no fornecimento de energia elétrica no período de chuva. O trabalho será executado a quatro mãos, totalmente em parceria com os municípios.

Destaca-se ainda, a gradual troca de cabos nus por cabos protegidos / isolados em regiões com muita arborização, mitigando a necessidade e abrangência das podas. Um dos grandes benefícios das trocas de cabos nus por protegidos e/ou isolados auxilia na Preservação dos Ninhos de Arara.

A Companhia possui controle dos resíduos perigosos, sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada e apta a emitir Certificado de Destinação Final.

Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos das atividades.

Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas junto aos colaboradores e comunidade nos eventos promovidos pela Companhia.

Toda a diversidade do bioma do Pantanal, a fauna e a flora são sensíveis as soluções tradicionais de eletrificação, como as redes de distribuição com a fiação exposta, que, pela característica do Pantanal, podem afetar aves de médio e grande porte. Para a instalação dos postes destas redes é necessário a abertura de faixas de passagem, estradas para transporte e infraestrutura pesada de construção. Além do mais, seria necessário a construção de duas subestações de porte para distribuir energia na região. A configuração de uma subestação é muito sensível ao regime de alagamentos da região e a sua construção exige o transporte de equipamentos pesados por uma região que não possui infraestrutura viária. Então, para levarmos energia, conforto e a segurança que a energia elétrica favorece à população do Pantanal a Energisa pesquisou alternativas técnico-econômicas de fontes de energia renováveis para a região e, a que melhor apresentou resultados foi a fonte solar voltaica. Hoje temos mais de 2.500 famílias atendidas na região e, sem ao menos retirar uma árvore do lugar.

Em 2020, durante a pandemia, a Energisa em parceria com a Embrapa e Fundação de Meio Ambiente de Corumbá, construíram um ninho artificial para os tuiuiús. O ninho original, que era patrimônio histórico de Corumbá pegou fogo após os incêndios que atingiram o Pantanal. Três anos depois, em 2023, fomos agraciados com o nascimento de três filhotes, contribuindo dessa forma com a preservação da espécie considerada ave símbolo do bioma.

A controladora Energisa também tem patrocinado projetos socioambientais, como o “Agroflorestas”, do IHP (Instituto Homem Pantaneiro), desenvolvido na Serra do Amolar. Apesar do seu bioma diverso, o solo pantaneiro não é o mais fértil, fazendo com que os grandes produtores usem fertilizantes em excesso para conseguir produzir na região. O uso do sistema agroflorestal nessas pequenas comunidades permite que muitos alimentos sejam produzidos em meio à floresta local, assim muitas famílias envolvidas estão aprendendo novas habilidades de cultivo e diversificação de produtos, fomentando a economia e respeitando o meio ambiente.

No exercício de 2023 os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$53.884 (R\$95.671 em 2022).

(\*) informações não examinadas pelos auditores independentes.

### 33 Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, estão fora do escopo dos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	1.551	829
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	922	613
Auto - Frota	23/10/2024	Até 1.110/veículos	146	146
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	162.809	491	445
Transporte Nacional	04/04/2024	Até 5.000/ viagem	24	21
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	53	53
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2024	30.000	194	180
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	14/02/2025	10.000	577	509
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-RETA (Drones)	30/06/2024	1.060/drone	9	9
			<b>3.967</b>	<b>2.805</b>

### 34 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Contrato de compra de energia (*)					
Vigência	2024	2025	2026	2027	Após 2027
2023 a 2053	1.212.699	1.183.558	1.162.542	1.113.592	14.383.544

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfra e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foram homologados pela ANEEL.

### 35 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2023	2022
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	377.208	462.062
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	154.943	95.940
<b>Atividades operacionais</b>		
Incorporação de rede	7.765	33.684
Fornecedores a prazo	48.263	26.541
<b>Atividades de investimentos</b>		
Incorporação de rede	7.765	33.684
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	48.263	26.541

## **36 Eventos subsequentes**

---

### **36.1 Emissão de Debêntures**

Em 07 de fevereiro de 2024 a controlada indireta, Energia Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A, efetuou a 21ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$400.000 com vencimento 15 de fevereiro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,1076% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente em 07 de fevereiro de 2024, os recursos serão destinados para o financiamento futuro do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

### **36.2 Dividendos do exercício de 2023**

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2024, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$167.805, equivalentes a R\$259,35252641747 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 01 de abril de 2024, com base na posição acionária do dia 13 de março de 2024, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

## Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Sul - Distribuidora de Energia S.A. ( "Companhia" ) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

---

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 12 de março de 2024.

**Marcelo Vinhaes Monteiro**  
Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Rodrigo Santana**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Paulo Roberto dos Santos**  
Diretor Técnico e Comercial

**José Marcos Chaves de Melo**  
Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem Designação Específica

**Rodolfo da Paixão Lima**  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MS

## Declaração dos Diretores da Mato Grosso Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 12 de março de 2024.

**Marcelo Vinhaes Monteiro**  
Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Rodrigo Santana**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Paulo Roberto dos Santos**  
Diretor Técnico e Comercial

**José Marcos Chaves de Melo**  
Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem Designação Específica

**Rodolfo da Paixão Lima**  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MS

## Conselho de Administração

---

**Ivan Müller Botelho**  
Presidente

**Ricardo Perez Botelho**  
Vice-Presidente

**Marcelo Silveira da Rocha**  
Conselheiro

**Luciana Marteningue Bernardi**  
Conselheiro

## Diretoria Executiva

---

**Marcelo Vinhaes Monteiro**  
Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Rodrigo Santana**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Paulo Roberto dos Santos**  
Diretor Técnico e Comercial

**José Marcos Chaves de Melo**  
Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem Designação Específica

**Rodolfo da Paixão Lima**  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MS

# **Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### *Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica*

##### *Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)*

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica, através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

## *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria*

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede elétrica estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## *Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias*

### *Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)*

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias (doravante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

## *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria*

Nossos procedimentos incluíram, entre outros (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4